

Sumário

Número de notícias: 44 | Número de veículos: 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Aposta do governo, Carf tem receita nula.....5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação tem novo recorde e atinge R\$ 1,3 tri no 19 semestre.....6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação bate recorde, mas deixa dúvidas para o 22 semestre.....7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STJ impõe alíquota maior de PIS/Cofins sobre Selic.....8

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal é recorde no primeiro semestre e no mês passado.....10

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sonegação de impostos - CURTAS.....11

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal registra alta.....12

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal tem arrecadação recorde no primeiro semestre.....13

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal avança 9,08% no primeiro semestre do ano.....14

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estratégia do governo Lula para turbinar meta de arrecadação com Carf não funcionou
.....15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Greve no INSS pressiona fila.....17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

STJ limita greve do INSS a 15% do pessoal nas unidades.....18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

AGU atua para baixar volume de precatórios da previdência.....19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS prepara leilão de folha de pagamento.....20

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Fundações pedem mudança em regra de alocação	21
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Corte de gastos com aperto na Previdência	23
DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
INSS deve garantir serviços essenciais e 85% das equipes	24
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS SEGURIDADE SOCIAL	
Justiça limita greve do INSS a 15% do efetivo - SERVIDOR	25
O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
INSS e a incapacidade temporária. Confira!	26
O ESTADO - FORTALEZA - CE - NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL	
Greve do INSS: Justiça determina manutenção de 85% do efetivo	27
G1 - NACIONAL - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL	
Governo define regras do pente-fino no BPC; concessão e revisão do benefício ficam mais rígidas	28
G1 - NACIONAL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Voa Brasil: veja o passo a passo para comprar as passagens a R\$ 200 para aposentados do INSS	29
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Testamos o Voa Brasil... e nem sempre há passagem aérea de R\$ 200. Veja o resultado	31
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Recadastramento do BPC e biometria podem identificar benefícios fictícios, diz ex-presidente do INSS	33
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
G20 aprova taxação para os super-ricos	35
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Nova lei sobre planos de saúde vai afetar você: veja como	38
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
EUA: "Taxa global para super-ricos é muito difícil"	39
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Imposto progressivo avança, mas EUA são contra taxar super-ricos	40

Sexta-Feira, 26 de Julho de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Países aceitam taxaço a super-ricos, mas açao em bloco é dúvida 42

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fraudes, responsabilidade solidária e o PLP 68/2024 - OPINIÃO JURÍDICA 44

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O ajuste fiscal que dá bilhão, e o que dá exemplo - FERNANDO TORRES 46

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad defende a taxaço dos super-ricos 48

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Aumento do deficit pressiona dívida 49

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

IPCA-15 cai para 0,30% em julho 52

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

IPCA-15 cai para 0,30% em julho, mas fica acima do esperado pelo mercado 54

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Com queda em alimentos, prévia do IPCA cai para 0,3% 55

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Déficit em transaçoes correntes mais que dobra no primeiro semestre e alcança US\$ 18,7 bilhões 56

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Prévia da inflaçao de julho volta a frustrar analistas 58

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Confiança do consumidor registra melhora 60

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estatais têm queda de 28% no lucro em 2023, aponta relatório 61

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Cresce número de mulheres em empresas públicas 63

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
ECONOMIA

Divisao menor do FGTS está em estudo 64

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

País tem déficit de US\$ 4,029 bi 65

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA

Tragédia impacta no PIB..... 66

Aposta do governo, Carf tem receita nula

AMANDA PUPO BRASÍLIA

O Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) não gerou nenhuma receita em junho, disse o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, ontem, durante a divulgação de arrecadação do mês passado. O colegiado é responsável por julgamentos administrativos de recursos de contribuintes.

No ano passado, o governo conseguiu mudar por meio de projeto aprovado pelo Congresso as regras do conselho, retomando o voto de desempate em favor do Fisco. A receita do **Carf** era uma das apostas da equipe econômica para incrementar o Orçamento.

No geral, a arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 208,844 bilhões em junho de 2024, uma alta real (descontada a **inflação**) de 11,02% na comparação com o resultado de junho de 2023, quando o recolhimento de **tributos** somou R\$ 180,475 bilhões, a preços correntes. Malaquias disse que as negociações com as empresas derrotadas no **Carf** estão levando mais tempo do que o inicialmente previsto, o que obrigou o governo a ajustar as projeções de ganhos com o **Carf** no 3.º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas. Sobre julho, o técnico da Receita disse que ainda não tinha informações se houve ou não entrada de recursos novos.

"Essa composição dos acordos está levando mais tempo que o previsto inicialmente.

A expectativa é de que aqueles valores projetados até o fim do ano serão realizados, mas estamos numa fase em que ainda não há condição de afirmar o que já está efetivamente assegurado, que será ingressado", disse Malaquias.

REDUÇÃO. Na segunda-feira, o secretário especial da Receita, Robinson Barreirinhas, afirmou que o governo reduziu a expectativa de arrecadação com a retomada do voto de qualidade do **Carf**, de R\$ 55,6 bilhões para R\$ 37,7 bilhões neste ano, uma diferença de R\$ 17,9 bilhões.

Barreirinhas explicou que a expectativa era de arrecadar com voto de qualidade do **Carf** apenas a partir de maio, por causa da paralisação do tribunal no início do ano. A frustração temporal, porém, se deu porque a Lei do **Carf** deu prazo de 90 dias para o contribuinte optar por acordo sem multa e juros.

Mais recursos No geral, receita registrou aumento real de 11,02% no mês passado ante o mesmo período do ano passado

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Arrecadação tem novo recorde e atinge R\$ 1,3 tri no 1º semestre

THAÍS BARCELLOS thais.barcellos@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

A arrecadação tributária federal atingiu mais um recorde e somou R\$ 1,298 trilhão na primeira metade do ano, um crescimento de 9,08% frente ao primeiro semestre de 2023, já descontada a inflação, informou ontem a Receita Federal. E a maior entrada de recursos tributários para o período desde o início da série histórica, em 1995.

Apenas em junho, a receita alcançou R\$ 208,8 bilhões, alta de 11,02% ante o mesmo mês de 2023, também um recorde para o período. O melhor resultado anterior era de 2022, R\$ 194,6 bilhões.

Em relação às receitas administradas pelo Fisco, o valor arrecadado em junho foi de R\$ 200,5 bilhões, aumento real (já descontada a inflação) de 9,97%, enquanto no acumulado do primeiro semestre avançou 8,93%, para R\$ 1,235 trilhão.

ECONOMIA CONTRIBUIU

De maneira geral, a Receita afirmou que o desempenho da arrecadação pode ser explicado pelo comportamento da economia, pelo retorno da tributação do PIS/Cofins sobre combustíveis, pela tributação dos fundos exclusivos e pela atualização de bens e direitos no exterior (offshore), assim como pela calamidade ocorrida no Rio Grande do Sul.

Sem considerar os pagamentos atípicos, haveria um crescimento real de 10,37% na arrecadação do semestre e de 10,72% na de junho.

- O crescimento da arrecadação está bem superior aos próprios índices macroeconômicos, isso graças às medidas de incremento da arrecadação, que já trouxeram resultado satisfatório - destacou Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita.

Em junho, os fatores não recorrentes apresentaram um saldo negativo de R\$ 3,130 bilhões, devido às medidas para atenuar os impactos das chuvas para os gaúchos, de R\$ 3,7 bilhões. Isso foi apenas parcialmente compensado pela tributação de fundos exclusivos e a atualização dos bens no exterior.

No ano, as medidas extraordinárias contribuem positivamente com R\$ 14,160 bilhões, valor bem abaixo do registrado no mesmo período de 2023, de R\$ 27,750 bilhões. Nesse caso, a maior contribuição é da tributação de fundos exclusivos (R\$ 12,730 bilhões). As ações relativas ao Rio Grande do Sul representaram um baque de R\$ 8 bilhões.

Houve ainda redução de 46,6% nas compensações tributárias (uso de créditos para pagamento de impostos) com o uso de receitas derivadas de ações judiciais, resultado de outra medida proposta pelo Ministério da Fazenda. No geral, contudo, a queda das compensações tributárias foi de 5,36%, já que as empresas usam outros créditos para abater seus tributos.

RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS

Para fechar o Orçamento deste ano, o governo conta com receita de medidas extraordinárias, como os julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), o tribunal da Receita, de transações tributárias e de concessões de ferrovias.

Segundo Malaquias, até junho, não houve entrada de recursos extraordinários relativos aos julgamentos do Carf e de transações tributárias.

No ano, o governo projeta arrecadar R\$ 37,7 bilhões com as medidas excepcionais relacionadas ao Carf e quase R\$ 23 bilhões com as transações tributárias.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Arrecadação bate recorde, mas deixa dúvidas para o 22 semestre

Estevão Taiar De Brasília

Impulsionada pelas medidas adotadas desde o ano passado pelo governo federal, a arrecadação da União surpreendeu positivamente em junho e terminou o primeiro semestre de 2024 no maior patamar da série histórica. Mas o desempenho incerto do indicador na segunda metade deste ano e o crescimento das despesas da União seguem colocando em dúvida o cumprimento da meta de resultado primário do governo federal em 2024.

Conforme divulgado nesta quinta-feira, 25, pela **Receita Federal**, a arrecadação total do governo federal terminou o primeiro semestre em R\$ 1,298 trilhão, alta de 9,08%. A comparação já descontada a **inflação** e é sempre realizada em relação ao mesmo período do ano anterior. Em junho, por sua vez, o indicador ficou em R\$ 208 bilhões, crescimento de 11,02%. Em ambos os casos, foi o melhor resultado da série histórica, iniciado em 1995.

Na entrevista coletiva concedida para comentar os números, o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, afirmou que a expansão da arrecadação em 2024 "está bem superior aos índices macroeconômicos".

Como motivos para a alta, ele citou as medidas adotadas recentemente pelo governo federal, a exemplo da taxaço de fundos exclusivos, e uma "atuação bem dinâmica da administração tributária" para recuperar recursos devidos por contribuintes. A taxaço de fundos exclusivos, por exemplo, arrecadou R\$ 440 milhões somente no mês passado. Outros fatores que também impactaram positivamente a arrecadação no primeiro semestre, segundo a Receita, foram: o próprio desempenho da economia; a volta do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Co-fins) sobre combustíveis; a "atualização de bens e direitos no exterior", de acordo com a legislação aprovada no ano passado.

A meta de resultado primário do governo federal para 2024 é de déficit zero, com intervalo de 0,25 ponto do Produto Interno Bruto (**PIB**) para mais ou para menos o equivalente a R\$ 28,8 bilhões.

O economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, afirma

em relatório que a arrecadação de junho surpreendeu positivamente, "a despeito do impacto negativo das enchentes do Rio Grande do Sul" sobre o indicador. Nos cálculos dele, o crescimento da arrecadação, que exclui medidas extraordinárias, passou de 7,7% em maio para 12,1% em junho. Os resultados dos últimos dois meses inclusive "trazem um viés positivo para nossa projeção para o [resultado] primário do governo central deste ano", que é de déficit de R\$ 42 bilhões.

A projeção desconta os gastos com as enchentes no Rio Grande do Sul, que não são consideradas para cumprimento da meta. Serrano afirma que "o forte crescimento das despesas" do governo federal, "em especial dos benefícios previdenciários, ainda preocupa".

Economista do Santander, Ítalo Franca também diz em relatório que a arrecadação do primeiro semestre foi "surpresa positiva" em relação ao esperado no começo do ano, colocando "ligeiro viés de alta" na projeção do indicador em 2024. Mas, segundo ele, "o bom desempenho" das receitas "não é suficiente para garantir" que o resultado primário ficará no intervalo da meta, "especialmente considerando a pressão do crescimento dos gastos obrigatórios".

Resultados "trazem viés positivo para nossa projeção para o primário" Fábio Serrano

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187938?page=1§ion=1>

STJ impõe alíquota maior de PIS/Cofins sobre Selic

Beatriz Olivon De Brasília

A decisão da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) pela incidência de PIS/Cofins sobre os juros Selic pode custar mais caro para os contribuintes do que eles imaginavam. A **Receita Federal** trata a Selic como receita financeira, cuja alíquota é de 4,65%. Porém, com a publicação do acórdão do STJ, ficou claro ter prevalecido na Corte o entendimento de que ela seria receita operacional-alíquota de 9,25%.

Embora esse ponto já tenha sido levantado em recurso (embargos de declaração), que ainda não tem data para ser julgado, o entendimento, agora destacado no acórdão, poderá levar contribuintes a terem que pagar a diferença entre as duas alíquotas, segundo advogados.

Em junho, a 1ª Seção do STJ decidiu que incide o PIS e a Cofins sobre os juros Selic recebidos nos casos de repetição de indébito tributário (restituição de valores pagos a maior) e na devolução de depósitos judiciais ou pagamentos efetuados por clientes em atraso. Como a decisão foi proferida em recurso repetitivo, deverá ser seguida pelas instâncias inferiores do Judiciário.

A divergência ganhou força depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em setembro do ano de 2021, em repercussão geral, afastar incidência de IRPJ e CSLL sobre a Selic. Os ministros entenderam que esses valores são mera recomposição do patrimônio, não se inserindo no conceito de lucro. Isso levou à conclusão de que eles também não compõem o conceito de receita para a incidência das contribuições. Mas, no STJ, o raciocínio aplicado em relação ao PIS e à Cofins foi diferente.

Ao ler o voto, em sessão de julgamento realizada no dia 20 de junho, o relator, ministro Mauro Campbell Marques, afirmou que no caso de recebimento de verba por pessoa jurídica, os juros remuneratórios (que abrangem a Selic) são receita financeira, portanto integrantes do lucro operacional e do conceito maior de receita bruta. Já os juros moratórios, recebidos em repetição de indébito, incluindo a Selic, são excepcionalmente recuperações ou devoluções de custos da receita bruta operacional, disse ele (REsp nº 2065817/RJ, nº 2068697/RS, nº 2075276/RS, nº 2109512/PR e nº 2116065/SC).

No voto escrito, o relator detalha que os juros auferidos nos pagamentos efetuados por clientes em atraso, por serem espécie de juros de mora (devidos pela impontualidade do adimplemento), também se classificam como indenização por lucros cessantes para quem os recebe. Já os juros remuneratórios, diz ele, não são verbas indenizatórias, são remuneratórias, sendo os juros incidentes na devolução dos depósitos judiciais verba desta espécie (remuneratória), constituindo renda ou lucro, já que são produto do capital.

Também segundo Campbell Marques, a lei tributária estabelece que o aumento do valor do crédito dos contribuintes em razão da aplicação de determinada taxa de juros, seja ela qual for, por força de lei ou contrato, atrelada ou não à correção monetária, proveniente de ato lícito (remuneração) ou ilícito (mora) possui a natureza de receita bruta operacional, e deve ingressar dessa forma na contabilidade das empresas para efeitos tributários.

Campbell cita ainda que é pacífico no STJ o entendimento de que os juros incidentes na devolução dos depósitos judiciais possuem natureza remuneratória, se enquadrando como receitas financeiras integrantes do lucro operacional e da receita bruta operacional. Acrescenta que os juros moratórios incidentes na repetição do indébito tributário ou nos pagamentos efetuados por clientes em atraso possuem, respectivamente, a natureza de danos emergentes e de lucros cessantes, compondo as recuperações de custos das empresas e o seu lucro operacional, que também integram o conceito de receita bruta operacional.

"Foi um tiro que saiu pela culatra", afirmou Rafael Vega, sócio do Cascione Advogados, sobre a decisão. Tentado afastar uma tributação, o contribuinte agora corre o risco de ter que pagar uma alíquota maior do que a Receita cobrava, segundo o tributarista. "O julgamento foi além do que foi pedido", afirma, sobre o detalhamento feito pelo relator e seguido pelos demais integrantes da 1ª Seção da Corte.

"Isso vai além das provisões que as empresas fizeram sobre esse assunto, o que vai gerar instabilidade se for mantido pelo STJ", diz Vega. Ainda segundo ele, hoje a **Receita Federal** não tributa Selic como receita

operacional, por isso a surpresa. "Os contribuintes perderam mais do que perguntaram", afirmou Para Luis Augusto Gomes, sócio do escritório Silva Gomes Advogados, o julgamento o STJ "redefiniu" a questão e disse que os valores de juros Selic ou outros índices recebidos em face de repetição de indébito tributário, ou compensação tributária são "recuperações de custo", considerados receita bruta operacional e que, portanto, devem integrara base de cálculo do PIS/Cofins.

Para Gomes, o STJ acabou "legislando" e criando uma nova base de cálculo para o PIS/Cofins, aumentando a alíquota dessas contribuições (de 4,65% para 9,25%). A expectativa do advogado é que, no julgamento do recurso, essa "distorção" seja corrigida. Ou, ao menos, seja aplicado limite temporal à decisão (modulação de efeitos), caso contrário a Receita poderá cobrar dos contribuintes a diferença positiva da alíquota no período relativo aos últimos cinco anos.

Procurada pelo Valor, a PGFN afirmou por meio de nota que o julgamento reafirma a jurisprudência da 1ª Seção do STJ e que não apresentará recurso. Afirma que o STJ foi enfático no sentido de que a condição dos juros de mora na repetição do indébito tributário como verba indenizatória a título de dano emergente pode retirar sua natureza jurídica de renda ou lucro, relevante para o IRPJ e para a CSLL, mas não a natureza de receita bruta, determinante para o PIS/Cofins.

"Foi um tiro que saiu pela culatra porque o julgamento foi além do pedido" Rafael Vega

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187938>

Arrecadação federal é recorde no primeiro semestre e no mês passado

A arrecadação do governo federal apresentou aumento real (descontada a **inflação**) de 9,08% no primeiro semestre de 2024, informou ontem a **Receita Federal**. O montante alcançou R\$ 1,289 trilhão, valor recorde para o período na série histórica iniciada em 1995.

Em junho, a arrecadação total das receitas federais chegou a R\$ 208,8 bilhões, registrando acréscimo real de 11,02% em relação a junho de 2023. Esse valor é o maior da série histórica para o mês.

Os dados foram divulgados ontem pelo chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, e pelo coordenador de Previsão e Análise da **Receita Federal**, Marcelo Gomide.

Segundo a Receita, o avanço observado no período pode ser explicado pelo bom desempenho da atividade econômica, em especial da produção industrial, da venda de bens e serviços e do aumento da massa salarial. Também contribuiu para o aumento a arrecadação da Cofins e PIS/Pasep, que registrou expansão real de 18,79%, ou R\$ 256,2 bilhões.

Exclusão Além da retomada da tributação sobre os combustíveis e da exclusão do ICMS da base de cálculo dos créditos dessas contribuições, o resultado foi puxado pelo aumento real de 3,85% no volume de vendas e de 1,39% no volume de serviços entre dezembro de 2023 e maio de 2024, em relação ao período compreendido entre dezembro de 2022 e maio de 2023.

Outro destaque foi o crescimento real de 20,59% da arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre Capital, decorrente da tributação dos fundos exclusivos. De janeiro a junho, esse item representou R\$ 72,9 bilhões.

Além disso, o órgão estimou em R\$ 8 bilhões a perda de arrecadação, entre janeiro e junho deste ano, relacionada às enchentes no Rio Grande do Sul. A projeção foi feita com base na arrecadação no mesmo período do ano passado. _

Alguns números

Destaques da **Receita Federal** na arrecadação do

primeiro semestre

R\$ 1,289 trilhão é o valor arrecadado pela **Receita Federal** de janeiro a junho de 2024.

9,08% é a alta da arrecadação no primeiro semestre em relação a igual período de 2023, já descontada a **inflação** medida pelo IPCA.

R\$ 256,2 bilhões é o montante arrecadado com a Cofins e o PIS/Pasep, crescimento real de 18,79%.

R\$ 72,9 bilhões é o quanto a Receita obteve por meio do Imposto sobre a Renda Retido na fonte (IRRF), aumento acima da **inflação** de 20,59%.

R\$ 39,8 bilhões é o arrecadado no Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), gerado com a atualização de bens e direitos de brasileiros no Exterior, representando alta real de 21,26%.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240726&edicao=30255>

Sonegação de impostos - CURTAS

A Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais (AGE-MG), por meio da Regional em Ipatinga, obteve decisão judicial que tornou indisponível R\$ 15 milhões em patrimônios de grupo de empresas, sediadas no mesmo município do Vale do Aço, por fraudes contra o sistema tributário. A ação combate blindagem patrimonial e ocultação de fatos geradores de obrigações tributárias, especificamente relacionadas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). A mesma ação indica que o grupo fraudava o Fisco por meio da transferência de patrimônio entre si para ocultar a real situação fiscal. Nos autos, a AGE-MG apresentou documentos, incluindo certidões de dívida ativa, que comprovam a existência dos créditos tributários e evidenciam a transferência de bens e valores entre as empresas requeridas, transferências feitas com o intuito de frustrar a execução fiscal.

Regularização de débitos tributários

A **Receita Federal** publicou a Instrução Normativa RFB nº 2.205, de 23 de julho de 2024, que dá nova roupagem à regularização de débitos tributários e amplia o rol de débitos passíveis de regularização. Além de esclarecer os benefícios decorrentes de decisões administrativas favoráveis à Fazenda Pública no âmbito do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, a IN inclui benefícios de exclusão de multas e cancelamento da representação fiscal para fins penais. Outra alteração importante é a mudança do código de receita utilizado no Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), que permitirá uma identificação mais precisa dos recolhimentos realizados. A normativa também define o período de apuração dos créditos de prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) que podem ser utilizados para quitar débitos confirmados por voto de qualidade. Além disso, impede o uso desses créditos que ainda estejam em disputa administrativa.

Créditos de benefícios fiscais

A **Receita Federal** recebeu 357 mil declarações de Pessoas Jurídicas que utilizam créditos tributários decorrentes de benefícios fiscais (Dirbi). As declarações são referentes aos períodos de apuração de janeiro a maio de 2024. O secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, destacou que "a sociedade brasileira cada vez mais busca informações sobre as renúncias fiscais, já que esses recursos são, em última instância, custeados pela

coletividade. E para a construção desse importante instrumento - que é a Dirbi - foi fundamental o trabalho dos profissionais de contabilidade e das entidades representativas da classe". O prazo para entrega da declaração, referente aos períodos de apuração de janeiro a maio de 2024, teve início em 1º de julho e se encerrou no dia 20 deste mês.

Adiamento das multas

Atendendo a um pedido das entidades representativas dos contadores, que demandaram mais tempo para que pudessem se adaptar à nova declaração, a **Receita Federal** prorrogou para 21 de setembro de 2024 a incidência das multas relativas à incorreção de dados prestados pelos contribuintes na Dirbi, referentes aos períodos de apuração de janeiro a julho de 2024. A medida está na Instrução Normativa RFB nº 2.204/2024, publicada no dia 19 de julho.

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Arrecadação federal registra alta

São Luís - A arrecadação do governo federal apresentou um aumento real, descontada a **inflação**, de 9,08%, no primeiro semestre de 2024, informou ontem a **Receita Federal**. No período, o recolhimento alcançou o valor de R\$ 1,289 trilhão.

Em junho, a arrecadação total das receitas federais atingiu R\$ 208,8 bilhão, registrando acréscimo real, descontado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 11,02% em relação a junho de 2023.

Quanto às receitas administradas pela **Receita Federal**, o valor arrecadado no período acumulado de janeiro a junho de 2024, alcançou R\$ 1,235 trilhão, registrando acréscimo real de 8,93%. Em junho, a arrecadação ficou em pouco mais de R\$ 200 bilhão, representando uma alta real de 9,97%.

Segundo a Receita, o crescimento observado no período pode ser explicado pelo bom desempenho da atividade econômica, em especial da produção industrial, da venda de bens e serviços e do aumento da massa salarial.

Também contribuiu para o aumento da arrecadação da Contribuição de Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) e Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), que registrou crescimento real de 18,79%. Entre janeiro e junho, o PIS/Pasep e a Cofins totalizaram uma arrecadação de R\$ 256,2 bilhão.

Além da retomada da tributação sobre os combustíveis e da exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) da base de cálculo dos créditos dessas contribuições, o resultado foi puxado pelo aumento real de 3,85% no volume de vendas e de 1,39% no volume de serviços entre dezembro de 2023 e maio de 2024, em relação ao período compreendido entre dezembro de 2022 e maio de 2023.

Fundos exclusivos - Outro destaque foi o crescimento real de 20,59% da arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre Capital, decorrente da tributação dos fundos exclusivos. Entre janeiro e junho a arrecadação do tributo foi de R\$ 72,9 bilhão.

A Receita também apontou destaque o resultado da arrecadação do Imposto sobre a Renda da pessoa

Física (IRPF), que apresentou um aumento real de 21,26%, em função da atualização de bens e direitos de brasileiros no exterior. Com isso, a arrecadação do IRPF foi de R\$ 39,8 bilhões, no período de janeiro a junho.

Em relação à receita previdenciária, de janeiro a junho a arrecadação totalizou R\$ 316,9 bilhão, com crescimento real de 5,37%.

"Esse resultado se deve ao crescimento real de 7,06% da massa salarial. Além disso, houve postergação do pagamento da Contribuição Previdenciária e do Simples Nacional para os municípios do Rio Grande do Sul declarados em estado de calamidade pública e crescimento de 14% no montante das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária, no período de janeiro a junho de 2024 em relação ao mesmo período do ano anterior", disse a Receita.

A Receita estimou em R\$ 8 bilhões a perda de arrecadação, entre janeiro e junho deste ano, relacionada às enchentes no Rio Grande do Sul. A projeção foi feita com base na arrecadação no mesmo período do ano passado. (ABR) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Receita Federal tem arrecadação recorde no primeiro semestre

A arrecadação tributária federal atingiu mais um recorde e somou R\$ 1,298 trilhão na primeira metade do ano, um crescimento de 9,08% frente ao primeiro semestre de 2023, já descontada a **inflação**, informou ontem (25) a **Receita Federal**. É a maior entrada de recursos tributários para o período desde o início da série histórica, em 1995.

Apenas em junho, a receita alcançou R\$ 208,8 bilhões, alta de 11,02% ante o mesmo mês de 2023, também um recorde para o período. O melhor resultado anterior era de 2022, R\$ 194,6 bilhões.

Em relação às receitas administradas pelo Fisco, o valor arrecadado em junho foi de R\$ 200,5 bilhões, aumento real (já descontada a **inflação**) de 9,97%, enquanto no acumulado do primeiro semestre avançou 8,93%, para R\$ 1,235 trilhão.

Desempenho

De maneira geral, a Receita afirmou que o desempenho da arrecadação pode ser explicado pelo comportamento da economia, pelo retorno da tributação do PIS/Cofins sobre combustíveis, pela tributação dos fundos exclusivos e pela atualização de bens e direitos no exterior (offshore), assim como pela calamidade ocorrida no Rio Grande do Sul.

Sem considerar os pagamentos atípicos, haveria um crescimento real de 10,37% na arrecadação do semestre e de 10,72% na de junho. "O crescimento da arrecadação está bem superior aos próprios índices macroeconômicos, isso graças às medidas de incremento da arrecadação, que já trouxeram resultado satisfatório", destacou Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita.

Para fechar as contas este ano, o governo conta ainda com a receita de medidas extraordinárias, como os julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**, transações tributárias e de concessões de ferrovias.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/himj/#p=1>

Arrecadação federal avança 9,08% no primeiro semestre do ano

O governo federal registrou um aumento real de 9,08% na arrecadação no primeiro semestre de 2024, conforme informado nessa quinta-feira (25/07) pela **Receita Federal**. O total arrecadado no período foi de R\$ 1,289 trilhão, ajustado pela **inflação**. Em junho, a arrecadação federal somou R\$ 208,8 bilhões, o que representa um crescimento real de 11,02% em relação a junho de 2023, considerando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

As receitas administradas pela **Receita Federal** de janeiro a junho de 2024 chegaram a R\$ 1,235 trilhão, aumento de 8,93%. Especificamente em junho, a arrecadação foi de pouco mais de R\$ 200 bilhões, aumento de 9,97% (IPCA). De acordo com a Receita, o desempenho se deve ao bom cenário econômico, especialmente na produção industrial, vendas de bens e serviços, e ao aumento da massa salarial.

O crescimento na arrecadação de Cofins e Pis/Pasep teve aumento real de 18,79%, totalizando R\$ 256,2 bilhões entre janeiro e junho. Esse aumento foi impulsionado pela retomada da tributação sobre combustíveis e pela exclusão do ICMS da base de cálculo dos créditos dessas contribuições, além de um crescimento de 3,85% no volume de vendas e de 1,39% no volume de serviços entre dezembro de 2023 e maio de 2024, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Outro destaque foi a arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre capital, que cresceu 20,59%, alcançando R\$ 72,9 bilhões no primeiro semestre. A Receita também destacou o aumento de 21,26% na arrecadação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), resultando em R\$ 39,8 bilhões. Já a receita previdenciária totalizou R\$ 316,9 bilhões no primeiro semestre, crescimento real de 5,37%. Para junho, os destaques incluem a arrecadação do PIS/Pasep e da Cofins, que somou R\$ 45,1 bilhões, avanço de 21,95%, além da arrecadação relativa ao setor de combustíveis (R\$ 2 bilhões). A arrecadação do Imposto sobre Importação e do IPI-Vinculado à Importação totalizou R\$ 9,288 bilhões, um crescimento de 45,71%, e o IRRF sobre capital arrecadou R\$ 19,9 bilhões, avanço de 10,10%.

Site: https://oestadoce.com.br/digital/26-07-2024-edicao-24880/#google_vignette

Estratégia do governo Lula para turbinar meta de arrecadação com Carf não funcionou

A retomada do voto de qualidade do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, aprovada no Congresso há quase um ano com forte empenho da articulação política do governo Lula para ampliar a arrecadação neste ano e cumprir a meta do déficit zero, se revelou um fiasco.

Em agosto passado, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, anunciou uma meta de arrecadação de R\$ 168 bilhões em 2024 em relação ao arrecadado em 2023 para viabilizar o déficit zero, dos quais R\$ 55,6 bilhões deveriam vir do **Carf**, graças o dispositivo que assegura à União o voto de desempate em disputas tributárias com contribuintes. Até agora, porém, o voto de qualidade não rendeu nenhum centavo.

A preferência do Fisco no desempate de julgamentos de contenciosos com contribuintes era tida como uma carta na manga da equipe econômica para ampliar a receita do governo, embora o próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tenha definido o objetivo como "desafiador".

Ela se baseava no fato de que as disputas pendentes de solução no **Carf** somam R\$ 1,1 trilhão - na maioria de empresas de grande porte e cifras bilionárias. Mas, na última segunda-feira (22), a equipe econômica de Lula se viu obrigada a reduzir a meta de arrecadação via **Carf** até dezembro para R\$ 37,7 bilhões.

Da nova projeção, R\$ 19,8 bilhões têm origem em um acordo com a Petrobras, controlada pelo governo, para encerrar seus litígios no **Carf**.

O acerto, referendado pelo Conselho de Administração da companhia, foi a primeira decisão de grande porte da nova CEO, Magda Chambriard, que no seu discurso de posse se comprometeu a seguir a visão de Lula para a Petrobras. Se não fosse pela petroleira, a projeção do **Carf** seria de apenas R\$ 17,9 bilhões - ou 32% da meta original, que já tinha sido recebida com muito ceticismo no mercado no ano passado.

Na última segunda-feira, ao apresentar a revisão das cifras, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, declarou que a frustração pela projeção não atingida se deu em função de burocracias e do prazo para os recursos em ações julgadas a favor do Fisco com perdão de multas e juros. O trâmite pode

chegar a até seis meses.

Por esse motivo, ainda de acordo com Barreirinhas, o governo passou a contar com os valores no segundo semestre, considerando processos julgados a partir de fevereiro, quando o colegiado passou a julgar os casos relacionados à arrecadação extra. O secretário não descartou, inclusive, uma reavaliação da projeção no próximo relatório bimestral de receitas e despesas da Fazenda.

Só que esse risco não era desconhecido pelo governo. Tributaristas já vinham alertando para o fato de que essa meta dificilmente seria cumprida justamente em razão dos recursos e protelações permitidos pela lei, como já publicamos no blog.

A expectativa do governo na época era de que os estímulos ao pagamento das multas previstos na lei que restaurou o voto de qualidade, como o parcelamento de multas em até 12 meses e o perdão de multas e juros, evitariam a judicialização. Mas especialistas do setor viram excesso de otimismo por parte do Fisco, já que outras iniciativas similares do **Carf** no passado, como o Programa Litígio Zero, não tiveram efeito.

A revisão da arrecadação é um grande revés para Fernando Haddad, que anunciou na semana passada um contingenciamento de R\$ 15 bilhões para adaptar as contas ao arcabouço fiscal, e agora trava dentro do governo uma disputa sobre quais setores sofrerão os maiores cortes.

Se a meta de arrecadação com o voto de qualidade tivesse sido cumprida, o governo teria garantida uma receita de R\$ 17,9 bilhões que não vieram. Agora, terá de cortar na carne para respeitar o arcabouço, tarefa nada simples em ano eleitoral.

O cenário deve se tornar ainda mais desafiador, já que no relatório bimestral atualizado de receitas e despesas da Fazenda, divulgado na última segunda, o governo projetou um crescimento de R\$ 11,3 bilhões nos gastos com a Previdência e previu um rombo de R\$ 32,6 bilhões, valor acima do teto de R\$ 28,8 bilhões estimado para que o déficit zero seja cumprido.

Nós procuramos o Ministério da Fazenda e questionamos por que o voto de qualidade não

viabilizou a meta fixada no orçamento deste ano, mas não recebemos retorno até o fechamento desta matéria. O espaço segue aberto.

Também fizemos as mesmas indagações à **Receita Federal**, que reiterou as declarações do secretário Robinson Barreirinhas na coletiva de imprensa da última segunda-feira.

Conforme publicamos no blog em setembro do ano passado, a projeção do governo era encarada com forte ceticismo entre analistas e advogados tributaristas que lidam com processos do **Carf**. Entre os principais motivos estava a falta de clareza sobre os critérios técnicos para a fixação da meta de R\$ 55,6 bilhões e, em especial, os prazos de recursos de contribuintes em casos favoráveis ao Fisco.

A expectativa era que o valor de R\$ 1,1 trilhão represado em 2023 deslanchasse com decisões em série do **Carf** em prol do governo. Isso porque, por lei, o conselho deve julgar os casos priorizando as maiores cifras.

O objetivo de retomar o voto de qualidade, abertamente admitido por Haddad, também foi alvo de questionamentos, uma vez que o **Carf** é um conselho independente e não um órgão arrecadatário. Por esse motivo, o dispositivo havia sido extinto pelo Congresso em 2020, durante o governo Jair Bolsonaro.

O conselho é composto por 130 conselheiros, entre representantes da União, como auditores fiscais da Receita, e dos contribuintes, em geral na figura de confederações de setores econômicos e sindicatos.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2024/07/estrategia-do-governo-lula-para-turbinar-meta-de-arrecadacao-com-carf-nao-funcionou.ghtml>

Greve no INSS pressiona fila

HENRIQUE LESSA

A decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que determinou o retorno ao trabalho de pelo menos 85% dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), em greve desde a última semana, foi comemorada dentro do governo, que já teme o descontrole da fila de pedidos por benefícios.

Mesmo com a decisão judicial, a Federação dos Trabalhadores da **Previdência Social** (Fenasps), que reúne sindicatos de servidores, diz que o movimento não deve parar e garante que as paralisações já alcançam 450 agências da autarquia em 24 unidades da Federação. Os números extraídos do sistema de marcação de ponto do órgão, divulgados, ontem, pela assessoria do **INSS**, mostram que a adesão ao movimento grevista é mais modesta que a divulgada pelos sindicatos e ainda seria menor que o máximo autorizado pela decisão do STJ. De um total de 17.129 servidores da ativa, não contabilizando quem está de férias ou em licença, apenas 1.725 aderiram ao movimento de paralisação, um índice de 10,1%, menos que os 15% autorizados pelo STJ.

Para o coordenador da federação dos servidores, Cristiano Machado, os números do **INSS** não são confiáveis. Ele garante que o movimento paredista deve ser ampliado nas próximas semanas. "O **INSS** tem o interesse político em dizer que a greve não tem repercussão", disse Machado ao Correio.

Apesar da baixa adesão ao movimento, a paralisação já provoca impactos no órgão. Segundo dados da Advocacia-Geral da União (AGU), mais de 25 mil benefícios deixaram de ser concedidos em decorrência da greve. Machado reconhece o prejuízo à população, mas aponta que o problema já é crônico e só poderá ser resolvido com a ampliação do quadro de trabalhadores do órgão. "A fila está crescendo de novo, mas ela já estava grande, nós temos um deficit de servidores. Precisamos contratar pelo menos 23 mil novos servidores", disse o sindicalista.

A decisão da ministra Maria Thereza de Assis Moura, do STJ, obriga que os serviços essenciais do Instituto devem ser mantidos com a garantia de um mínimo de 85% dos servidores em cada unidade da autarquia. No caso de descumprimento desses mínimos, a magistrada determina a cobrança de uma multa diária de R\$ 500 mil para as entidades sindicais.

"São de longa data os problemas enfrentados pelo

poder público no tocante aos prazos de análise dos processos administrativos dos benefícios administrados pelo **INSS**", disse a ministra na decisão em que aponta o caráter essencial do **INSS**.

Apesar de a greve mirar as críticas na direção da autarquia e do seu presidente, Alessandro Stefanutto, toda a negociação salarial ocorre com o Ministério da Gestão e Inovação (MGI), que não se posicionou sobre a greve. A proposta defendida pelo governo prevê um aumento salarial para todos os servidores de 9%, em janeiro de 2025, e o mesmo índice em 2026.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6223/25-07-2024.html?all=1>

STJ limita greve do INSS a 15% do pessoal nas unidades

DANIEL GULLINO daniel.gullino@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

A presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Maria Thereza de Assis Moura, determinou que a greve de servidores do **INSS** deve se limitar a 15% das equipes de cada unidade administrativa. Maria Thereza tomou a decisão ao analisar um pedido do governo federal para suspender a greve.

Na decisão, tomada na noite de quarta-feira, a presidente do STJ estabelece que é preciso garantir a "continuidade do serviço público" e que "no mínimo" 85% das equipes de cada unidade devem ser mantidas. Caso haja descumprimento, foi estabelecida uma multa diária de R\$ 500 mil.

A ação foi apresentada pela Advocacia-Geral da União (AGU) na terça-feira. O Executivo argumentou que a greve não poderia paralisar a prestação de um serviço essencial à sociedade.

O pedido ao STJ ocorre também diante do risco de a greve afetar o programa de revisão de gastos com benefícios previdenciários, considerado fundamental para ajudar a fechar o Orçamento de 2024 e de 2025.

Neste ano, o governo espera uma economia de R\$ 9 bilhões com a revisão de gastos, sendo a maior parte com a **Previdência Social**. Já em 2025, a promessa é cortar R\$ 25,9 bilhões em gastos obrigatórios, também sendo a maior parte em benefícios previdenciários.

O **INSS**, hoje, conta com 19 mil servidores ativos no quadro. A maioria, cerca de 15 mil, é formada por técnicos responsáveis pela maioria dos serviços da instituição, além de quatro mil analistas.

O governo prepara um recadastramento de pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), depois do aumento de concessões e de gastos com o auxílio, recursos que são transferidos pelo **INSS**.

SERVIÇOS ESSENCIAIS

No início do mês, o governo federal já havia conseguido uma decisão semelhante no STJ. O ministro Og Fernandes estabeleceu um limite para a greve de funcionários do Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Fernandes determinou que fosse mantida no serviço, nos dias de paralisação, equipe capaz de manter no mínimo 100% dos chamados serviços essenciais. Entre esses serviços, estão o licenciamento ambiental, a gestão das unidades de conservação, o resgate e a reabilitação da fauna, além do controle e prevenção de incêndios florestais e de emergências ambientais.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

AGU atua para baixar volume de precatórios da previdência

Guilherme Pimenta De Brasília

Ao mesmo tempo em que a equipe econômica do governo Lula fará um "pente-fino" em benefícios sociais com a intenção de economizar quase R\$ 26 bilhões para o Orçamento de 2025, a Advocacia-Geral da União (AGU) atua em três frentes para tentar reduzir os precatórios previdenciários, que correspondem a mais de 30% do total das sentenças proferidas pelo Judiciário contra a União.

Com esse trabalho, a AGU quer atacar os precatórios "menores". Embora individualmente seus valores não sejam expressivos, quando somados eles passam da casa dos bilhões e, conseqüentemente, aumentam as despesas da União com sentenças judiciais, que vão ultrapassar R\$ 70 bilhões no próximo ano - sem considerar as requisições de pequeno valor.

Do montante, há 104 mil precatórios previdenciários inscritos, que vão corresponder a uma despesa de R\$ 20,7 bilhões.

A primeira frente de atuação da área jurídica do governo foi concretizada por uma portaria publicada na última quarta-feira (24). Trata-se de um trabalho em conjunto com o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), chamado Pacífica, que permitirá a celebração de acordos extrajudiciais em conflitos individuais de baixa complexidade e de grande volume envolvendo diversas áreas.

No âmbito previdenciário, que é o foco de atuação, será permitido reconhecer o direito a um benefício que foi negado pelo **INSS**, por meio de um recurso direto à AGU, que vai analisar se a jurisprudência judicial é favorável ao cidadão. Assim, um acordo será feito e, conseqüentemente, o governo economizará recursos com um eventual precatório expedido no futuro.

"A portaria é a nossa estratégia para agilizar aquela entrega de direitos para o cidadão sem ter necessidade de buscar o Judiciário, resolvendo todas as situações dentro do próprio Executivo", disse ao Valor Igor Lins da Rocha Lourenço, subprocurador-geral federal, que está à frente dos trabalhos. "É uma grande mudança de paradigma da atuação da advocacia pública para não mais apenas buscar defesa judicial, mas resolver o problema administrativamente", complementou.

O segundo eixo de atuação é um trabalho realizado junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a respeito das dez principais teses previdenciárias enfrentadas pela União no Poder Judiciário, chamado Desjudicializa Prev. A partir do levantamento, tribunais de todas as instâncias, em conjunto com a AGU, vão identificar processos em trâmite relacionados a esses temas.

Em um segundo momento, o governo vai avaliar se é possível propor um acordo judicial ou se será adotada apenas a desistência do recurso, garantindo que o benefício sendo implementado diretamente ao requerente. A medida também visa evitar os custos de uma futura expedição de precatório contra o governo federal.

Entre as dez teses selecionadas pelo CNJ e **INSS** está, por exemplo, a concessão de benefício de prestação continuada (BPC) desconsiderando a renda proveniente de outros benefícios assistenciais e previdenciários, no valor de até um salário-mínimo por membro do grupo familiar que se enquadre nos conceitos de idoso a partir de 65 anos de idade ou pessoa com deficiência. Esse entendimento permitiria que um beneficiário receba o BPC mesmo que um outro familiar receba Bolsa Família de até um salário mínimo, por exemplo.

Há ainda discussões como reconhecimento da condição de dependente de filho ou irmão inválidos, quando a invalidez for posterior à maioridade e anterior ao óbito, além do possível enquadramento do menor sob guarda judicial como dependente para fins de concessão de benefício previdenciário.

Por último, haverá a criação de um comitê de internalização de precedentes judiciais, formado por AGU, **INSS** e Ministério da Previdência, que vai monitorar decisões judiciais já pacificadas no judiciário para que os benefícios não sejam negados no âmbito administrativo, também diminuindo o tempo de concessão do benefício, sem judicialização.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187938?page=1§ion=1>

INSS prepara leilão de folha de pagamento

Jéssica Sant"Ana e Edna Simão De Brasília

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) pretende fazer até setembro o novo leilão de licitação da folha de pagamentos do órgão. O objetivo será contratar bancos para pagarem os novos benefícios da **Previdência Social** que serão concedidos de 2025 a 2029.0 certame é muito aguardado pelos bancos - que podem fidelizar e ampliar a oferta de serviços praticamente sem correr risco - e pelo próprio governo, que pretende aumentar a arrecadação ao vender esse serviço às instituições financeiras.

A consulta pública terminou no dia 12 deste mês e, agora, a autarquia analisa as sugestões recebidas antes de publicar a versão final do edital. "Fizemos uma consulta pública, já finalizada e vamos verificar as sugestões. Está pronta para fazer [a licitação], em agosto ou setembro", disse o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, ao Valor.

Ele afirma que a reforma da Previdência de 2019 empurrou as aposentadorias para frente, ou seja, uma quantidade maior de segurados vai começar a entrar no sistema, tornando o leilão mais atrativo. A minuta do edital colocada em consulta pública prevê 437,3 mil novos benefícios a serem concedidos por mês.

"Nós devemos ter mais benefícios [concedidos] porque quando você faz uma reforma nada mais é do que empurrar para frente essa turma. Então, esses segurados começam a vir, e quanto mais segurados entrarem, mais eu vou ter saldo aqui. Por outro lado, vou pagar também mais no fiscal [em valor de benefícios concedidos]", explicou Stefanutto.

Haverá, ainda, uma inovação nesse leilão para aumentar a precificação. "Estamos mudando alguns tópicos para aumentar o valor agregado", disse o presidente do **INSS**, sem revelar qual será exatamente a novidade.

A expectativa da área técnica é que, já no primeiro ano de contrato (2025), a venda da folha do **INSS** aos bancos renda de R\$ 2 bilhões a R\$ 3 bilhões a mais do que os R\$ 6 bilhões recebidos pela autarquia em 2023. Isso significaria um aumento de até 50% da receita em 2025, valor que tende a aumentar ao longo do tempo. O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, tem falado em dobrar a receita com a folha do **INSS**, ou seja, arrecadar em torno de R\$ 12 bilhões.

A minuta de edital dividiu o Brasil em 26 lotes. É por

esses lotes que os bancos vão oferecer seus lances, a partir do preço mínimo estipulado. Depois, em data a ser marcada, haverá disputa no viva-voz, quando os ofertantes aumentam seus lances e tentam arrematar o ativo. Quem oferecer o maior valor, ganha os benefícios concedidos na região arrematada. Os novos benefícios deverão permanecer com a instituição ganhadora pelo período de 20 anos ou até a cessação - o que ocorrer primeiro. O segurado pode fazer portabilidade.

Não poderão participar do leilão as instituições bancárias exclusivamente digitais e as instituições não bancárias, como os bancos digitais, de investimento, de desenvolvimento, as sociedades de crédito e as associações de poupança e empréstimo.

Isso porque o edital trouxe uma série de requisitos - chamados de padrão de qualidade de atendimento - que precisam ser ofertados aos segurados do **INSS**. Entre eles, está ter agências físicas com caixas e/ou terminais de autoatendimento.

O leilão da folha do **INSS** é um evento que acontece a cada cinco anos, desde 2009. Ao todo, já foram realizados três pregões (2009, 2014 e 2019). Todos visaram a contratação de bancos para pagar os benefícios emitidos durante 60 meses a partir do primeiro ano de contrato. O banco continua com as contas obtidas, já que o estoque não é leiloado nos próximos leilões. Porém, o segurado pode mudar de instituição financeira, se quiser.

Até 2007, a União desembolsava R\$ 250 milhões para fazer o pagamento das aposentadorias. Na ocasião, o temor era que os bancos não entrassem no pregão. Porém, a maioria das instituições financeiras participou do leilão de 2009, que contratou 10 bancos, porque a folha de pagamento do **INSS** passou a ser vista como um negócio lucrativo para fidelização de clientes e ampliação das operações de crédito consignado.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187938?page=1§ion=1>

Fundações pedem mudança em regra de alocação

Victoria Netto De Recife

A mudança das diretrizes de investimentos dos fundos de pensão e a atualização do regime sancionador do setor estão entre as pautas prioritárias das organizações de previdência privada e complementar. Em abril, a Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc) encaminhou a primeira demanda ao Ministério da Fazenda. Em maio, endereçou a segunda para o Ministério da **Previdência Social**.

Para as entidades, o regime sancionador, disposto pelo Decreto n-4.942, de 2003, está "muito defasado" e precisa ser revisto. O texto regulamenta o processo administrativo para a apuração de responsabilidade por infração à legislação do regime da **previdência complementar**. Quanto à alocação dos investimentos, o diretor-superintendente da Preact, Ricardo Pena, lembrou que, hoje, 75% dos investimentos previdenciários ficam em títulos públicos, conforme prevê a resolução 4.994/2022 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Contudo, as entidades buscam uma diversificação do portfólio para permitir investimentos em debêntures de infraestrutura, ativos de descarbonização, de agricultura, como Fiagro, e imóveis. Segundo Pena, este é um desafio sobretudo para os planos de contribuição definida (CD). Os assuntos pautaram ontem o Encontro dos Profissionais de Investimentos e Previdência dos Fundos de Pensão do Norte e Nordeste (Epinne-EPB), que se encerra hoje.

"Parecia que estava bem encaminhado, mas o Ministério da Fazenda condicionou essa discussão à marcação do passivo a mercado. Esse é aquele tipo de ideia simples para problemas complexos, até porque o foro da marcação do passivo é no Ministério da Previdência. Eu diria que é até ilegal vincular uma coisa com a outra, não está previsto em lugar nenhum", disse.

O diretor da Preact observou ainda que, no Brasil, não há um mercado de compra e venda de passivos, como existe no Reino Unido e no Canadá, em que as seguradoras compram os passivos dos planos de previdência. "Quando alguém compra um título do Tesouro Direto, se precisar vender, o Tesouro recompra, então é possível fazer a marcação a

mercado. O mesmo não acontece com um passivo do plano de previdência. Como você vai criar uma marcação a mercado do passivo, se não existe um mercado para comprar, vender e transacionar o seu passivo?".

Outros tema quente para o setor é a revisão da resolução n- 30 do Conselho Nacional de **Previdência Complementar** (CNPC). O texto estabelece que, a depender do percentual, o déficit precisa ser equacionado. Em outras palavras, o aposentado precisa fazer uma contribuição extraordinária para equacionar o déficit.

"Às vezes não seria necessário equacionar, mas a regra impõe, e isso tem levado a inflacionamentos sucessivos todo ano, o que gera insegurança grande para o participante e para o patrocinador", disse o diretor-presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp), Jarbas Biagi.

Além deste, está sendo discutida a precificação de ativos, que hoje é feita com marcação a mercado. Biagi afirma que o formato atual traz muita volatilidade e que o ideal seria um modelo flexível, que permita precificar uma parte na curva - ou seja, no vencimento. "Isso dá estabilidade ao plano, eu consigo compensar".

Também no evento, o presidente da Anapar, Marcei Barros, enfatizou o compromisso com os beneficiários. "Os participantes são a razão de ser do sistema. O patrimônio é dos trabalhadores e das trabalhadoras que fizeram sua poupança ao longo de anos e anos de trabalho. Tudo isso é para que, lá na frente, a gente honre o compromisso que assumimos com eles".

A previdência privada e complementar reúne hoje 4 milhões de participantes no Brasil, dos quais 1 milhão é de aposentados. No total, o valor sob gestão desses fundos de previdência e de pensão soma R\$ 1,3 trilhões. Só em 2023, foram pagos R\$ 100 bilhões para os aposentados, segundo a Abrapp.

Na abertura, o secretário-executivo adjunto do Ministério da **Previdência Social**, Osório Cha-legre, classificou a previdência como um "importante mecanismo de **seguridade social**", falou sobre a reconstrução da pasta e destacou o cuidado com que

o ministro Carlos Lupi conduz o CNPC. "O Ministério atuou pela isenção do IBS e CBS sobre as entidades previdenciárias durante toda a discussão da **reforma tributária**", disse.

4 mi são os participantes da previdência privada

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187938>

Corte de gastos com aperto na Previdência

CONTAS PÚBLICAS

BRASÍLIA

O governo prepara um recadastramento de pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), depois do aumento de concessões e de gastos com o auxílio.

O objetivo da equipe econômica é iniciar esse processo em setembro. Um decreto com o calendário e as regras da medida está sendo elaborado. O BPC é um benefício de um salário mínimo (hoje em R\$ 1.412) por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade.

Para ter direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja igual ou menor que um quarto do salário-mínimo (R\$ 353). A lei de criação do BPC prevê a revisão de cadastros para apurar se as condições que deram origem ao benefício persistem, mas isso não é comum.

A última vez que isso ocorreu foi durante o segundo governo Lula, entre 2008 e 2009.

O governo também prepara um decreto com medidas para tornar mais rigorosa a concessão e a manutenção do benefício.

Uma delas é a exigência de biometria do pai e da mãe da criança para pedidos em caso de autismo, que dá direito ao BPC nas condições graves da doença. No caso da criança, vale certidão de nascimento ou carteira de identidade.

A medida também será exigida dos atuais beneficiários, que terão que apresentar todos os documentos para renovação da inscrição no Cadastro Único (CadÚni-

co) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

As medidas vão demandar trabalho do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Ministério da Previdência e envolver estados e principalmente as prefeituras, responsáveis pelos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), onde os beneficiários terão que apresentar toda documentação. Os dados obtidos pelo Cras alimentam o CadÚnico.

Para ter acesso ao BPC, os beneficiários passam por perícias médicas e avaliação social.

Também é analisada a condição financeira da família renda por pessoa de até um quarto do salário mínimo ou até meio salário, em casos mais específicos, como necessidade de cuidadores, uso de fraldas e medicamentos.

Técnicos avaliam que o índice de fraudes pode chegar a 30%.

O aumento das despesas com BPC entrou em trajetória de alta no 2o semestre de 2022.

CARTÃO DO BPC. benefício que, para técnicos do governo, pode ter até 30% de pagamentos mediante fraude

Autismo e decisões viram desafio

Um levantamento realizado pelo site UOL e divulgado na segunda-feira mostra que o aumento de diagnósticos de autismo e de decisões judiciais contra o Estado são as principais razões para o crescimento do Benefício de Prestação Continuada, o BPC, para pessoas com deficiência.

Esse benefício garante um salário mínimo por mês ao idoso ou à pessoa com deficiência de qualquer idade, mesmo que não tenha contribuído para a **Previdência Social**.

Para ter acesso, o beneficiário precisa atender a critérios de renda familiar. O pagamento desse benefício custa 1% do **PIB** brasileiro ao ano.

Apenas em 2024, o orçamento do BPC deve passar de R\$ 100 bilhões, estima o Ministério da Fazenda. É o maior valor da história do programa, criado no final dos anos 1990. Já em 2028, o custo pode se aproximar de 160 bilhões.

O número de concessões do BPC dobrou em dois anos e acendeu o alerta do governo Lula (PT), que prepara um pente-fino nos cadastros. Foram 133 mil autorizações apenas no primeiro semestre de 2022. Hoje, o governo federal estima que cerca de 274 mil pessoas tenham acesso ao programa social.

APLICATIVO Meu **INSS**: benefícios

INSS deve garantir serviços essenciais e 85% das equipes

A ministra Maria Thereza de Assis Moura, presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), determinou que a greve dos servidores do **INSS** não pode afetar serviços essenciais e deve garantir, no mínimo, a continuidade das atividades de 85% das equipes de cada unidade administrativa do órgão. Ela fixou multa diária de R\$ 500 mil em caso de descumprimento.

"É inquestionável a essencialidade das atividades desempenhadas pelos servidores do **INSS**, pois envolvem o pagamento de benefícios previdenciários que são conceituados por lei como meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente", afirmou a ministra na decisão. Ela atendeu a um pedido de liminar protocolado pela AGU (Advocacia-Geral da União) contra a paralisação nacional dos servidores, que começou no dia 16.

A União argumentou que a greve se dá mesmo após negociação com as carreiras do **INSS** e reajuste salarial de 9% para todos os **servidores públicos**, em 2023. Para a AGU, a greve configura "postura incompatível com o regime jurídico-administrativo", além de afetar a prestação de serviços essenciais.

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_D538A382CB100594F4487501FB966DB3E4B547863766B298717E824BF6CF44542BF68B3C067F93D88D5F51E81C62CC8E94F4A12F9FCCF36CA8DE8BECB2085452CAC38884851EB367EB9647AD59AE284C31CAB832498DE6239F659D5F562A2136083C01531097B702E673EF30192733AE55E4C9963CE030D43E8AA6CC83F11

Justiça limita greve do INSS a 15% do efetivo - SERVIDOR

Gustavo Silva

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que a greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) deve ser limitada a apenas 15% das equipes de cada unidade administrativa. A sentença prevê que o sindicato responsável pelo movimento grevista seja multado em R\$ 500 mil por dia em caso de descumprimento. A greve foi iniciada há duas semanas.

Segundo Cristiano Machado, diretor da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), o percentual de 85% não chegava a ser atingido nem antes da greve, devido à falta de pessoal no instituto. A federação ainda não foi notificada e, por isso, segue com a paralisação nos termos em que se encontra.

Rioprevidência: diretoria vai redistribuir locais de agências

Sem alarde, o Fundo Único de **Previdência Social** do Estado do Rio de Janeiro (Rioprevidência) oficializou a criação da Gerência de Inteligência Previdenciária.

Essa diretoria terá a missão de desenvolver indicadores para uma redistribuição geográfica das agências. A medida pode resultar em fechamentos, transferências ou aberturas de unidades, conforme necessidade de atendimento e viabilidade econômica.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

INSS e a incapacidade temporária. Confira!

Com a modernização do mercado de trabalho, não é incomum uma pessoa ter, ao mesmo tempo, dois serviços que a enquadrem como segurada do **INSS**.

Às vezes, as atividades são tão diferentes que, ao ficar incapacitado por motivo de doença ou acidente, o trabalhador precisa se afastar de uma delas, podendo continuar o seu serviço na outra. Mas, nesse caso, ele tem direito ao auxílio por incapacidade temporária, o antigo auxílio-doença?

A resposta é sim. Segundo o Decreto n.º 3.048 e com a Instrução Normativa n.º 128, quem exerce mais de uma atividade abrangida pelo Regime Geral de **Previdência Social** e fica incapacitado apenas para o exercício de uma delas, pode receber o benefício relativo a um dos serviços e continuar trabalhando no outro.

Para que isso ocorra, o direito ao benefício por incapacidade temporária será analisado com relação somente a uma das atividades - aquela para a qual o segurado está incapacitado - mas a Perícia Médica deve ser conhecedora de todas as atividades que ele estiver exercendo.

Os segurados podem pedir o auxílio pelo Meu **INSS**, no site gov.br/meuinss ou no aplicativo de celulares. O trabalhador ainda pode ser dispensado da perícia médica presencial se optar pelo Atestmed, que analisa o pedido com base na documentação médica enviada pelo sistema. Para saber mais, acesse o site (gov.br/inss), o Meu **INSS** (gov.br/meuinss) ou ligue para o telefone 135.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/12575/26-07-2024.html>

Greve do INSS: Justiça determina manutenção de 85% do efetivo

A presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza Moura, determinou nessa quinta-feira (25) que 85% do efetivo de trabalho seja mantido durante a greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Pela decisão, o percentual mínimo deverá ser mantido em todas as unidades do órgão, conforme determina a legislação em casos que envolvem serviços essenciais.

Se houver descumprimento, os sindicatos da categoria deverão pagar multa diária de R\$ 500 mil. A decisão da ministra foi motivada por ação protocolada pelo **INSS** para garantir o funcionamento mínimo durante a greve, aprovada no dia 16 deste mês, pela Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps).

A Fenasps defende a recomposição das perdas salariais, reestruturação de carreiras, incorporação de gratificações, jornada de trabalho de 30 horas para todos e cumprimento das jornadas de trabalho previstas em lei, entre outras pautas. O Ministério da Gestão apresentou proposta à categoria que prevê ganho acumulado de 24,8% de 2023 a 2026 para os servidores ativos e inativos.

De acordo com o Ministério, esse ganho cobre as perdas inflacionárias do Governo atual e parte das perdas de gestões anteriores. A atual proposta também prevê alongamento da carreira de 17 padrões para 20 padrões, manutenção da remuneração de ingresso do nível superior e nível intermediário com valorização do vencimento básico e criação de gratificação de atividade em substituição à Gratificação de Atividade Executiva. (Com Agência Brasil)

Site: https://oestadoce.com.br/digital/26-07-2024-edicao-24880/#google_vignette

Governo define regras do pente-fino no BPC; concessão e revisão do benefício ficam mais rígidas

Por g1 - Brasília

Quem recebe o BPC, não está inscrito no CadÚnico e não atualizou o cadastro no **INSS** nos últimos dois anos terá que atualizar os dados:

Os beneficiários serão notificados pelo **INSS**. E se não fizerem a atualização dos cadastros em até 30 dias, terão os cartões bloqueados.

?? O Benefício de Prestação Continuada (BPC) garante um salário mínimo por mês ao idoso ou à pessoa com deficiência de qualquer idade, mesmo que não tenha contribuído para a **Previdência Social** - desde que atendidos critérios de renda familiar.

Segundo o governo, o pagamento desse benefício vem crescendo de forma muito rápida e desordenada nos últimos anos.

Com o pente-fino, a área econômica espera identificar possíveis fraudes e irregularidades nesses cadastros.

A esperança é de economizar alguns bilhões com a revisão - o que ajudaria no cumprimento das metas de redução de despesas para cumprir as normas do arcabouço fiscal.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/07/26/governo-publica-regras-para-pente-fino-no-bpc-concessao-e-revisao-do-beneficio-ficam-mais-rigidas.ghtml>

Voa Brasil: veja o passo a passo para comprar as passagens a R\$ 200 para aposentados do INSS

Por g1

O programa Voa Brasil foi lançado pelo governo federal, oferecendo passagens aéreas de até R\$ 200, inicialmente focado em aposentados do **INSS**

A intenção é democratizar o acesso ao transporte aéreo, com a venda de 3 milhões de bilhetes no primeiro ano, e avaliar a demanda antes de expandir o público-alvo

Os aposentados elegíveis não podem ter viajado de avião nos últimos 12 meses e poderão comprar os bilhetes através de um site especial, usando o cadastro do gov.br

O programa não implicará gastos do orçamento federal, pois depende de um acordo com as companhias aéreas para oferecer os bilhetes a preços reduzidos

A expectativa é que a iniciativa preencha assentos ociosos em voos e aumente a parcela de passagens vendidas a preços acessíveis

O governo federal apresentou na quarta-feira (24) o programa Voa Brasil, que proporciona passagens aéreas de até R\$ 200 para aposentados do **INSS**. Cerca de 23 milhões de pessoas podem ser beneficiadas, segundo o governo.

São 3 milhões de passagens que já estão disponíveis para compra no site <https://voabrasil.sistema.gov.br/login>.

O g1 montou um passo a passo de como você pode comprar as passagens. É necessário fazer o login na plataforma do Voa Brasil com a conta gov.br de nível prata ou ouro.

1. Autorizar o compartilhamento de dados

O primeiro passo é autorizar o acesso aos dados vindos do gov.br para o programa Voa Brasil. É assim que a plataforma reconhece que o beneficiário é um aposentado e não viajou nos últimos 12 meses - duas das regras para desfrutar do programa. (veja as

normas abaixo)

2. Aceitar os termos

A segunda tela do programa mostra as condições e regras principais do Voa Brasil. O beneficiário deve ler e concordar com os termos do contrato, além de ler o Aviso de Privacidade.

3. Escolher o destino

A terceira tela se assemelha à plataforma de compra de passagens das principais companhias aéreas.

É necessário escolher a opção Ida e volta ou Só ida; Selecionar o aeroporto de partida; Selecionar o aeroporto de destino; Escolher as datas de ida e volta; Clicar em Buscar.

4. Checar a disponibilidade

A própria plataforma verifica a disponibilidade de voos nas companhias aéreas participantes, de acordo com o pedido do beneficiário.

Se não houver voos disponíveis para a data escolhida, o próprio sistema acomoda o pedido em datas próximas.

Segundo o ministro Silvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos, o programa aproveita a ociosidade das companhias aéreas. Ou seja, as passagens a R\$ 200 são as sobras de lugares de voos já programados pelas companhias, e isso pode fazer com que voos mais concorridos não apareçam na plataforma.

5. Selecionar o voo

Após checar as opções, é só marcar o melhor horário disponível e avançar para a reserva.

Além dos R\$ 200 por trecho, é necessário pagar as taxas de embarque dos aeroportos de ida e de volta.

6. Fornecer os dados e reservar

Para terminar o processo, a plataforma pede que o

viajante preencha o cadastro com seus dados pessoais.

A seguir, o beneficiário tem 1 hora para efetuar o pagamento. Caso contrário, a passagem volta a ficar disponível na plataforma.

Não é possível comprar passagem para terceiros. As regras do programa reforçam que o benefício é pessoal e intransferível.

Veja as regras do programa

No primeiro ano do programa, serão colocados à venda 3 milhões de bilhetes. Para ter direito à compra, o aposentado do **INSS** não pode ter viajado de avião nos últimos 12 meses. Não há limite de renda, ou seja, o aposentado que recebe o teto do **INSS** (R\$ 7.786,02) também está contemplado. Foi criado um site para facilitar a busca pelos bilhetes oferecidos a até R\$ 200 pelo trecho e, segundo integrantes do governo envolvidos nas discussões, o aposentado precisará acessar com o cadastro do gov.br. Com base nessas informações, o sistema já saberá se a pessoa viajou de avião ou não no último ano. O site é <https://voabrasil.sistema.gov.br/login>. Quando encontrar uma passagem que deseja, o aposentado será redirecionado pelo portal para o site da própria companhia aérea, já na parte para finalizar a compra. Essa foi uma forma encontrada para dar mais segurança e evitar que essas pessoas sejam vítimas de golpes. Cada aposentado do **INSS** terá direito a adquirir duas passagens (dois trechos).

Acordo com companhias

Não haverá gasto de dinheiro do Orçamento federal para reduzir o custo das passagens para quem comprar pelo Voa Brasil.

O trabalho do governo foi costurar com as companhias aéreas um acordo para que ofereçam os bilhetes a esse preço para quem não viajou nos últimos 12 meses.

O argumento do governo é que essas pessoas vão ocupar vagas ociosas nos aviões. O secretário nacional de Aviação Civil do Ministério dos Portos e Aeroportos, Tomé Franca, explicou que historicamente cerca de 15% e 20% dos assentos não são ocupados no ano. É uma cota (para os aposentados). São passagens dentro dessa ociosidade, disse.

Segundo dados levantados por auxiliares do presidente Lula, a aviação civil movimentou aproximadamente 112 milhões de passageiros no ano passado. Desse total, cerca de 12% (mais de 13 milhões) das passagens foram vendidas por até R\$ 200.

A expectativa é que os 3 milhões de bilhetes do Voa Brasil façam essa fatia crescer, pois as empresas aéreas ocupariam os lugares vazios nos aviões com aposentados que não costumam viajar.

Dos 112 milhões, apenas 30 milhões de CPFs viajam. Apenas 30 milhões de CPFs viajam pelo Brasil. Qual a essência do programa? Incluir mais gente, afirmou Costa Filho.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/07/26/voa-brasil-veja-o-passo-a-passo-para-comprar-as-passagens-a-r-200-para-aposentados-do-inss.ghtml>

Testamos o Voa Brasil... e nem sempre há passagem aérea de R\$ 200. Veja o resultado

Por O Globo - Rio

Lançado com mais de um ano de atraso e com abrangência menor que a prevista inicialmente, o programa Voa Brasil oferece passagens de até R\$ 200 para aposentados do **INSS** que não tenham viajado nos últimos 12 meses.

O GLOBO testou o programa e verificou que é possível encontrar rotas com diferença de preço significativa na comparação com o valor disponível para compra no site das companhias aéreas.

Em outros casos, porém, a diferença não é tão marcante e é preciso ter datas flexíveis para encontrar voo. Em alguns destinos, não foi possível encontrar opção no período buscado.

Uma passagem do Rio de Janeiro, partindo do Santos Dumont, para Congonhas, estava disponível no site para o dia 1º de setembro por R\$ 200 mais uma taxa de embarque de R\$ 44,27 pela Gol.

A consulta ao site da empresa para a mesma data custava R\$ 379,17 no preço mais baixo do dia, sem incluir a taxa de embarque. Na comparação, o tíquete oferecido no programa do governo era 47% mais em conta. O cálculo considera apenas o valor do bilhete.

A mesma ponte aérea Rio-São Paulo, considerada a rota mais rentável do mercado doméstico, apresenta diferença de preço menor quando o bilhete é comprado com mais antecedência.

Uma passagem para 1º de novembro, véspera de feriado, sai por R\$ 165,90 mais R\$ 84,27 de taxa de embarque pela Latam. Na página da empresa, um voo para o mesmo dia tinha tarifa de R\$ 210 (sem a taxa de embarque). A diferença é de 21%.

O fato de as empresas terem preços maiores no site é esperado, já que a ideia do Voa Brasil é oferecer bilhetes a preços mais baixos.

Numa viagem de Brasília para Teresina, no Piauí, não há alternativa de compra no site para todos os dias. Em novembro, um voo da Gol no dia 19, saía por R\$ 200 mais R\$ 29,51 de taxa de embarque no programa. No site da companhia, o menor preço para a data era R\$ 423,41.

Uma procura por bilhetes de São Paulo para Belém encontrou voo por R\$ 200 mais R\$ 30,32 de taxa de embarque no dia 5 de outubro com opção a partir de Campinas pela Azul. No site da empresa, o menor preço disponível para a data, sem considerar taxa de embarque, é R\$ 390,56.

A procura por passagens do Galeão, no Rio, para João Pessoa, mostrou alternativa por R\$ 200 mais R\$ 32,10 de taxa de embarque no dia 6 de outubro pela Gol. No site da companhia aérea o voo mais em conta na data estava disponível por R\$ 666.

Uma consulta com datas aleatórias pode, por vezes, não encontrar voos porque as companhias aéreas não operam aquela rota todos os dias da semana. Mas, no caso do voo do Galeão para João Pessoa, por exemplo, diversas datas consultadas não tinham bilhetes disponíveis no programa na tarde de ontem, mas tinham passagens à venda no site das empresas.

Não foi possível encontrar opções do Rio para Manaus em outubro no programa na tarde de ontem. A visita ao site das empresas apresentou voo direto em duas companhias aéreas no dia 1º de outubro e opções com escala na terceira. Em boa parte das consultas o sistema só mostrou uma empresa como opção na data.

Para consultar as ofertas disponíveis, é preciso entrar no site do programa (voabrasil.sistema.gov.br) e ter conta no site oficial do governo (gov.br) com perfil prata ou ouro. As consultas mostraram que o sistema consegue barrar quem não é aposentado, portanto, não se enquadra no programa.

Além disso, aparece uma mensagem que veda o acesso para aposentados que viajaram nos últimos 12 meses. Um dos testes, porém, foi feito por um aposentado que fez duas viagens ao exterior nos últimos 12 meses por companhias aéreas estrangeiras. Não houve restrição.

Para Cleveland Prates, professor da FGV Law, a falta de opções em alguns casos era algo esperado:

- Se o governo quiser baixar as passagens aéreas vai precisar atacar problemas do setor, como custo regulatório e judicialização.

Procurado pelo GLOBO, o Ministério de Portos e Aeroportos informou, em nota, que o programa possuiu uma trava que impede o acesso de aposentados que viajaram nos últimos 12 meses, baseada em informações checadas pela Polícia Federal.

Segundo a pasta, as passagens são fornecidas pelas companhias aéreas de acordo com disponibilidade em voos, especialmente em linhas ociosas e em baixa temporada. No Brasil há mais de 900 mil linhas autorizadas para voos comerciais. Sugerimos que os leitores busquem voos com certa antecedência, de preferência em baixa temporada .

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/noticia/2024/07/26/testamos-o-voa-brasil-e-nem-sempre-ha-passagem-aerea-de-r-200-veja-o-resultado.ghtml>

Recadastramento do BPC e biometria podem identificar benefícios fictícios, diz ex-presidente do INSS

O governo prepara um recadastramento de pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), depois do aumento expressivo de concessões e de gastos com o auxílio.

O objetivo da equipe econômica é iniciar esse processo em setembro. Um decreto com o calendário e as regras da medida está sendo elaborado. O programa social é um dos focos do governo no processo de revisão de benefícios para reduzir gastos obrigatórios neste ano e nos próximos.

O governo pretende tornar mais rigorosa a concessão e a manutenção do benefício. Uma das novas exigências em estudo é a biometria do pai e da mãe da criança para pedidos em caso de autismo, que dá direito ao BPC nas condições graves do transtorno. No caso da criança, vale certidão de nascimento ou carteira de identidade.

A medida também será exigida dos atuais beneficiários, que terão de apresentar todos os documentos para a renovação da inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

O especialista Leonardo Rolim, ex-presidente do **INSS**, afirma que o recadastramento do BPC e o uso de biometria têm potencial para identificar irregularidades e pagamentos indevidos a beneficiários fictícios. Ele lembrou a revisão do seguro-defeso em 2020, quando presidia o **INSS**, que gerou uma economia de ao menos R\$ 500 milhões com cancelamentos de auxílios irregulares.

- As medidas em discussão no governo são positivas e podem gerar economia ainda este ano - diz Rolim.

Ele ressalta, porém, que, além desses mecanismos, é preciso adotar inteligência artificial para casos mais complexos, como fraudes cibernéticas.

Técnicos da área econômica avaliam que o índice de fraudes pode chegar a 30%. O aumento das despesas com BPC entrou em trajetória de alta no segundo semestre de 2022.

Segundo dados do **INSS**, o gasto com o auxílio do primeiro semestre de 2024 atingiu R\$ 44,076 bilhões, aumento de 19,8% em relação ao ano anterior.

O custo total para este ano é estimado em R\$ 111,5 bilhões. O número de concessões do benefício saltou 40% no período, saindo de 786.087 em 2023 para 1,105 milhão nos primeiros seis meses de 2024.

O decreto deve ser publicado no Diário Oficial da União nos próximos dias. As medidas de fiscalização foram definidas em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na semana passada, da qual participaram representantes do Ministério da Justiça e da Polícia Federal.

O governo vem monitorando a situação do programa. Um relatório da Controladoria-Geral da União (CGU), publicado no início deste mês, aponta falhas no pagamento do BPC. Diz que a metodologia e o fluxo atualmente adotados para identificação e apuração de beneficiários com pagamentos indevidos apresentam "baixa efetividade e mostram-se pouco adequados às características do benefício e de seu público-alvo".

A CGU afirma que é preciso cruzar dados periodicamente para identificar, por exemplo, acumulação indevida do BPC com outros benefícios assistenciais e previdenciários, BPC pago a pessoa com deficiência com vínculo trabalhista e casos de superação da renda máxima para obter o auxílio.

Segundo o relatório, entre 2022 e 2023, o MDS encaminhou 714.233 cadastros com indicadores de irregularidade para análise e apuração pelo **INSS**. Contudo, 87% deles ainda estavam na folha do órgão em dezembro último.

O BPC é um benefício de um salário mínimo (hoje de R\$ 1.412) por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos e à pessoa com deficiência de qualquer idade. Para ter direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja igual ou menor a um quarto do salário mínimo (R\$ 353).

Uma lei de 2021 permitiu deduzir gastos com saúde dessa conta e abriu espaço para dois membros

da mesma famílias receberem o benefício.

A lei de criação do BPC prevê a revisão de cadastros para apurar se as condições que deram origem ao benefício persistem, mas isso não é comum. A última vez que isso ocorreu foi durante o segundo governo Lula, entre 2008 e 2009.

A revisão dos cadastros vai demandar trabalho dos ministérios do Desenvolvimento e da Previdência, além de envolver estados e, principalmente, prefeituras, responsáveis pelos Centro de Referência de Assistência Social (Cras), onde os beneficiários terão de apresentar toda a documentação. São os dados obtidos pelo Cras que alimentam o CadÚnico.

O decreto fixa prazo médio de 60 dias para diversas ações que terão de ser executadas no processo de recadastramento, como perícias médicas, avaliação social e renovação de documentos.

Segundo técnicos envolvidos nas discussões, os benefícios que forem objeto de apuração de irregularidade ou fraude poderão ser bloqueados de forma cautelar pelo **INSS** e cancelados após 30 dias, caso o beneficiário não compareça e não apresente defesa.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/26/recadastramento-do-bpc-e-biometria-podem-identificar-beneficios-ficticios-diz-ex-presidente-do-inss.ghtml>

G20 aprova taxação para os super-ricos

Rafaela Gonçalves

+

Apesar da resistência de alguns países, a presidência brasileira do G20 - grupo das 19 maiores economias do planeta, mais União Europeia e União Africana - conseguiu aprovar uma declaração ministerial conjunta em apoio à tributação dos super-ricos. Porém, esse imposto internacional não tem um prazo para ser implementado e não conta com a simpatia de grandes economias do planeta, como os Estados Unidos e a Alemanha.

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aproximadamente 3 mil famílias entrariam na mira desse imposto internacional. Ele disse, inclusive, que a proposta costurada pelo Brasil foi aplaudida de pé. Os detalhes acordados serão divulgados hoje, mas adiantou o teor da publicação.

Um dos itens contemplados, especialmente, é a proposta brasileira de começar a pensar na tributação internacional, não apenas do ponto de vista das empresas, mas também dos indivíduos chamados super-ricos, explicou.

O Brasil quer evitar que um avanço lento da discussão represente o fracasso da proposta - uma das principais bandeiras do país na presidência rotativa do G20. Haddad, porém, reconheceu que o processo tem um curso relativamente lento na agenda internacional. Ele lembrou que o primeiro pilar de cooperação fiscal da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) levou quase uma década para ser negociado - e ainda faltam fechar pontos para que se concretize.

Entendemos que os desafios que estão sendo colocados para o mundo, em um futuro próximo vão exigir soluções inovadoras. Estamos procurando nos antecipar, elaborando mecanismos de financiamento que possam servir num momento em que a necessidade se fizer uma emergência, frisou. A ideia da taxação é de financiar questões humanitárias, como um fundo contra a miséria, além de iniciativas para a preservação ambiental.

O ministro admitiu as divergências sobre a proposta, mas, ao final, todos concordamos que era necessário fazer constar essa proposta na declaração [do G20]. É um tema que merece a atenção devida e a mobilização dos organismos internacionais para que, mesmo quando o Brasil deixar a presidência, a pauta não perca a centralidade e continue na agenda

econômica internacional.

Estimativas apontam que a implementação de um imposto mínimo de 2% da riqueza bruta dos bilionários do mundo arrecadaria algo em torno de US\$ 250 bilhões anualmente. O estudo, encomendado pela Fazenda ao economista francês Gabriel Zucman, do UE Tax Observatory, aponta que o modelo de tributação progressiva atingiria indivíduos que têm mais de US\$ 1 bilhão em riqueza pessoal - que está distribuída em ativos, imóveis, ações, participação na propriedade de empresas, trustes familiares, fundos de investimentos e soberanos, entre outros. E mesmo assim, não pagam nem ao menos 2% de imposto de renda anualmente.

Na abertura do encontro e ministros, Haddad salientou que encontrar formas eficazes de tributar os super-ricos é uma prioridade para a presidência brasileira do G20. Exemplificou essa prioridade para o Brasil ao mencionar a **reforma tributária**, que está tramitando no Congresso.

Engloba alguns dos princípios que gostaríamos de ver também na cooperação tributária internacional, disse.

No fim do ano passado, Câmara e Senado aprovaram o projeto de lei que mudou as regras de tributação para aplicações financeiras mantidas por brasileiros no exterior. Também instituiu a cobrança do chamado come-cotas para fundos exclusivos.

Aprovamos medidas para aumentar a progressividade da tributação direta, como a das empresas offshore e o aperfeiçoamento da tributação dos fundos de investimentos exclusivos, o que abrange diretamente os super-ricos, observou.

De acordo com Haddad, o conjunto de reformas implementadas no Brasil reflete o princípio fundamental da progressividade, que norteou a declaração ministerial do G20. Devemos tributar mais os ricos e menos os pobres, melhorando a eficiência global e a legitimidade democrática do sistema tributário, explicou.

A tributação de bilionários está longe de consenso, apesar da declaração ajustada pelo G20. Uma das maiores oposições à medida vem dos Estados Unidos. A secretária norte-americana do Tesouro, Janet Yellen, deixou claro que não vê necessidade de um acordo global sobre o tema e que seria difícil coordená-lo. Para os americanos, a taxação deveria

ser implantada por cada país, com base em alíquotas proporcionais ao tamanho da fortuna a ser taxada.

Não vemos a necessidade tentar negociar um acordo global sobre isso. Todos os países deveriam se certificar de que seus sistemas tributários são justos e progressivos. Faz sentido para a maioria dos países adotar essa abordagem de tributação, mas temos visões muito diferentes. Os EUA defendem uma taxa adequada que garanta que as pessoas de alta renda paguem uma alíquota justa, afirmou.

A Alemanha já sinalizou que uma taxa internacional segue fora de cogitação e que as reuniões desta semana não foram discussões concretas, pois o tema não está nem perto de um consenso.

Na avaliação de tributaristas, a ideia dificilmente será materializada. Existe um abismo enorme entre o discurso e a prática, avalia Felipe Vasconcellos, sócio da Equus Capital, manifestando ceticismo sobre a proposta.

Países como França, Espanha e África do Sul sinalizaram apoio ao projeto de taxa dos super-ricos. Interlocutores próximos ao ministro Fernando Haddad, da Fazenda, afirmaram que a expectativa é de que seja conquistado o apoio do Reino Unido, pois o novo primeiro-ministro, Keir Starmer, eleito no início de julho, é do Partido Trabalhista.

Apesar da resistência de alguns países, a presidência brasileira do G20 - grupo das 19 maiores economias do planeta, mais União Europeia e União Africana - conseguiu aprovar uma declaração ministerial conjunta em apoio à tributação dos super-ricos. Porém, esse imposto internacional não tem um prazo para ser implementado e não conta com a simpatia de grandes economias do planeta, como os Estados Unidos e a Alemanha.

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aproximadamente 3 mil famílias entrariam na mira desse imposto internacional. Ele disse, inclusive, que a proposta costurada pelo Brasil foi aplaudida de pé. Os detalhes acordados serão divulgados hoje, mas adiantou o teor da publicação.

Um dos itens contemplados, especialmente, é a proposta brasileira de começar a pensar na tributação internacional, não apenas do ponto de vista das empresas, mas também dos indivíduos chamados super-ricos, explicou.

O Brasil quer evitar que um avanço lento da discussão represente o fracasso da proposta - uma das principais bandeiras do país na presidência rotativa do G20.

Haddad, porém, reconheceu que o processo tem um curso relativamente lento na agenda internacional. Ele lembrou que o primeiro pilar de cooperação fiscal da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) levou quase uma década para ser negociado - e ainda faltam fechar pontos para que se concretize.

Entendemos que os desafios que estão sendo colocados para o mundo, em um futuro próximo vão exigir soluções inovadoras. Estamos procurando nos antecipar, elaborando mecanismos de financiamento que possam servir num momento em que a necessidade se fizer uma emergência, frisou. A ideia da taxa é de financiar questões humanitárias, como um fundo contra a miséria, além de iniciativas para a preservação ambiental.

O ministro admitiu as divergências sobre a proposta, mas, ao final, todos concordamos que era necessário fazer constar essa proposta na declaração [do G20]. É um tema que merece a atenção devida e a mobilização dos organismos internacionais para que, mesmo quando o Brasil deixar a presidência, a pauta não perca a centralidade e continue na agenda econômica internacional.

Estimativas apontam que a implementação de um imposto mínimo de 2% da riqueza bruta dos bilionários do mundo arrecadaria algo em torno de US\$ 250 bilhões anualmente. O estudo, encomendado pela Fazenda ao economista francês Gabriel Zucman, do UE Tax Observatory, aponta que o modelo de tributação progressiva atingiria indivíduos que têm mais de US\$ 1 bilhão em riqueza pessoal - que está distribuída em ativos, imóveis, ações, participação na propriedade de empresas, trustes familiares, fundos de investimentos e soberanos, entre outros. E mesmo assim, não pagam nem ao menos 2% de imposto de renda anualmente.

Na abertura do encontro e ministros, Haddad salientou que encontrar formas eficazes de tributar os super-ricos é uma prioridade para a presidência brasileira do G20. Exemplificou essa prioridade para o Brasil ao mencionar a **reforma tributária**, que está tramitando no Congresso.

Engloba alguns dos princípios que gostaríamos de ver também na cooperação tributária internacional, disse.

No fim do ano passado, Câmara e Senado aprovaram o projeto de lei que mudou as regras de tributação para aplicações financeiras mantidas por brasileiros no exterior. Também instituiu a cobrança do chamado come-cotas para fundos exclusivos.

Aprovamos medidas para aumentar a progressividade

da tributação direta, como a das empresas offshore e o aperfeiçoamento da tributação dos fundos de investimentos exclusivos, o que abrange diretamente os super-ricos . observou.

De acordo com Haddad, o conjunto de reformas implementadas no Brasil reflete o princípio fundamental da progressividade, que norteou a declaração ministerial do G20. Devemos tributar mais os ricos e menos os pobres, melhorando a eficiência global e a legitimidade democrática do sistema tributário , explicou.

A tributação de bilionários está longe de consenso, apesar da declaração ajustada pelo G20. Uma das maiores oposições à medida vem dos Estados Unidos. A secretária norte-americana do Tesouro, Janet Yellen, deixou claro que não vê necessidade de um acordo global sobre o tema e que seria difícil coordená-lo. Para os americanos, a taxaçoão deveria ser implantada por cada país, com base em alíquotas proporcionais ao tamanho da fortuna a ser taxada.

Não vemos a necessidade tentar negociar um acordo global sobre isso. Todos os países deveriam se certificar de que seus sistemas tributários são justos e progressivos. Faz sentido para a maioria dos países adotar essa abordagem de tributação, mas temos visões muito diferentes. Os EUA defendem uma taxaçoão adequada que garanta que as pessoas de alta renda paguem uma alíquota justa , afirmou.

A Alemanha já sinalizou que uma taxaçoão internacional segue fora de cogitação e que as reuniões desta semana não foram discussões concretas , pois o tema não está nem perto de um consenso .

Na avaliação de tributaristas, a ideia dificilmente será materializada. Existe um abismo enorme entre o discurso e a prática , avalia Felipe Vasconcellos, sócio da Equus Capital, manifestando ceticismo sobre a proposta.

Países como França, Espanha e África do Sul sinalizaram apoio ao projeto de taxaçoão dos super-ricos. Interlocutores próximos ao ministro Fernando Haddad, da Fazenda, afirmaram que a expectativa é de que seja conquistado o apoio do Reino Unido, pois o novo primeiro-ministro, Keir Starmer, eleito no início de julho, é do Partido Trabalhista.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/07/6906629-g20-aprova-taxacao-para-os-super-ricos.html>

Nova lei sobre planos de saúde vai afetar você: veja como

A resistência do deputado Duarte Junior (PSB-MA) a mudanças no seu relatório sobre o projeto de lei dos Planos de Saúde pode fazer com que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), decida pautar um projeto alternativo no plenário para validar o acordo entre a Câmara e as operadoras, que suspendeu o cancelamento unilateral dos planos.

O acordo foi selado em reunião entre Lira, Duarte e representantes dos maiores planos de assistência médica em maio, diante da ameaça de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara para investigar o cancelamento unilateral dos contratos de idosos e de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

As empresas comprometeram-se a retomar os contratos cancelados e suspender novas revogações enquanto o projeto era discutido, mas dois meses se passaram sem avanços. No período, a Câmara focou em outros temas, como a regulamentação da **reforma tributária**, e o assunto pode ficar para depois das eleições municipais, em outubro.

Duarte Júnior é um advogado ligado as causas de defesa do consumidor, ex-presidente do Procon do Maranhão e é pré-candidato à Prefeitura de São Luís. Ele foi nomeado por Lira relator no ano passado e apresentou parecer que se tornou alvo de críticas das operadoras de planos pelo impacto financeiro que as mudanças causariam.

Em nota, a Associação dos Planos de Saúde (Abramge) afirmou que a questão é interna da Câmara dos Deputados e afirmou que está disponível para contribuir com o debate.

"Como entidade que representa o setor de saúde suplementar, reitera seu inequívoco respeito à Casa Legislativa, ao seu Presidente, o deputado Arthur Lira, e reafirma o seu compromisso em, sempre que instada, municiar as autoridades públicas com as necessárias informações para o bom andamento de um debate propositivo sobre o tema a bem dos beneficiários e de toda sociedade, na busca do equilíbrio e da sustentabilidade do sistema de saúde suplementar do Brasil", diz o **comunicado**.

Fonte: Valor Econômico

(*) André Forastieri é jornalista e empreendedor, fundador de Homework e da agência de conteúdo e conexão Compasso, e mentor de profissionais e executivos. Saiba mais em andreforastieri.com.br.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/nova-lei-sobre-planos-de-saude-vai-afetar-voce-veja-como,58ce8b23639a66f540dff780eb642600h6bw7p14.htm>

EUA: "Taxa global para super-ricos é muito difícil"

A secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, afirmou nesta quinta-feira que é muito difícil uma coordenação das políticas tributárias de todo o mundo e disse não ver "necessidade" nem achar "desejável" negociar um acordo internacional sobre a taxa de super-ricos.

Ela, contudo, afirmou defender a cobrança de **impostos** mais elevados para bilionários e disse que cada país deveria garantir que seus sistemas de tributação sejam justos e progressivos.

"Acreditamos que esta é uma iniciativa muito válida, que faz sentido para a maioria dos países adotar essa abordagem de tributação progressiva, mas temos visões muito diferentes", disse. "Estamos felizes em trabalhar com o Brasil nisso, em promover essas ideias no G20.

No entanto, a política tributária é muito difícil de coordenar globalmente.

Não vemos necessidade ou achamos realmente desejável tentar negociar um acordo global sobre isso", acrescentou.

As declarações foram dadas por Yellen em entrevista a jornalistas às margens do encontro de ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais do G20 - grupo que reúne as 19 principais economias do mundo, a União Europeia e a União Africana.

O tema foi tratado por Yellen com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) em uma reunião bilateral na quarta-feira, de acordo com uma pessoa a par do encontro. Segundo o relato, a secretária do Tesouro dos EUA se mostrou favorável a que os mais ricos arquem com uma parcela maior dos custos do Estado e mencionou uma proposta do presidente Joe Biden de elevar a tributação para bilionários nos EUA.

Haddad, contudo, afirmou aos jornalistas que a taxa de super-ricos não foi tema do compromisso com Yellen. "Isso está sendo tratado no âmbito das equipes técnicas [do G20]", disse. Uma declaração tributária assinada pela presidência brasileira do G20, contemplando a taxa de chamados super-ricos, será divulgada hoje, segundo o ministro.

O Brasil defende a proposta elaborada pelo

economista francês Gabriel Zucman, que prevê um imposto global de 2% sobre o patrimônio de cerca de 3 mil super-ricos - o que corresponde a US\$ 250 bilhões (cerca de R\$ 1,4 trilhão) de potencial de arrecadação por ano.

A taxa de super-ricos em âmbito internacional vem sendo defendida pela presidência brasileira do G20 na trilha financeira, mas a abordagem do tema em documento, mesmo que separado do **comunicado** de ministros da economia, tem sofrido resistências. Agora, em que pese o incentivo público de Yellen, os EUA deixam ainda mais claro o entendimento de que o tema deve permanecer restrito a cada país.

Além da rejeição pelos EUA, o Ministério das Finanças alemão, às vésperas do G20, considerou "pouco pertinente" um imposto mínimo sobre o patrimônio.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17924>

Imposto progressivo avança, mas EUA são contra taxar super-ricos

CAROLINA NALIN E VINÍCIUS NEDER
economia@oglobo.com.br

O encontro de ministros de Finanças do G20, o grupo das maiores economias do mundo mais a União Europeia e a União Africana, que termina hoje no Rio, terá uma declaração ministerial sobre cooperação tributária, anunciou ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao término do primeiro dia de reuniões. Segundo o ministro, o documento, que será divulgado hoje, fará menção à tributação dos super-ricos, proposta feita pelo Brasil, apesar da oposição de potências como os EUA e o Reino Unido.

De manhã, antes da sessão do encontro ministerial que tratou do tema, a secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, afirmou ser contra a ideia de criar um tributo global sobre grandes fortunas.

Em entrevista coletiva, Yellen defendeu o sistema de tributação progressiva - quando os mais ricos pagam progressivamente mais do que os mais pobres. Ela afirmou que o governo Joe Biden já fez propostas no sentido de tributar os bilionários americanos. Segundo Yellen, um acordo global para taxar os super-ricos é "desnecessário": -Faz sentido para a maioria dos países adotar a abordagem de tributação progressiva. Estamos felizes em trabalhar com o Brasil nisso, provocando essas ideias no G20, mas a política tributária é muito difícil de coordenar globalmente, e não vemos a necessidade, nem achamos que seja desejável, tentar negociar um acordo global sobre isso. Todos os países deveriam se certificar de que seus sistemas tributários são justos e progressivos.

IMPOSTO MÍNIMO GLOBAL

Unido, Rachel Reeves, disse preferir a estratégia de concentrar as discussões diplomáticas sobre tributação no âmbito da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, conhecida como o "clube dos países ricos"), que negocia um acordo internacional em torno do chamado Imposto Mínimo Global (GMT, pela sigla em inglês) sobre multinacionais, mas não pessoas físicas.

Além disso, o novo governo do Reino Unido, liderado pelo Partido Trabalhista, que tomou posse há três semanas, venceu as eleições prometendo não aumentar **impostos** sobre pessoas físicas.

-Quero que este novo governo trabalhista seja pró-crescimento e pró-criação de riqueza. Temos que encontrar o equilíbrio entre permitir a criação de riqueza e garantir que as pessoas paguem uma porção justa de **tributos**. Meu foco é atingir as reformas do Pilar 1 (da OCDE). Estamos realmente perto e não queremos nos distrair disso -disse Rachel a jornalistas.

Como os documentos do G20 são aprovados por consenso, a declaração ministerial a ser publicada hoje não será assertiva sobre a adoção de um acordo global sobre a taxação de super-ricos. As ressalvas de países como EUA e Reino Unido impedem isso.

Haddad disse, em discurso na sessão do encontro ministerial sobre tributação, que a declaração seria "histórica", mas reconheceu que se trata de um "ponto de partida" para manter as discussões ao longo dos anos.

Mais tarde, o ministro comemorou a mera menção no texto, de analisar a taxação dos super-ricos, como uma vitória da diplomacia brasileira.

- E uma conquista do ponto de vista ético - afirmou Haddad, em entrevista para anunciar o acordo em torno da declaração. -Os 20 países mais ricos do mundo terem concordado em se debruçar sobre um tema proposto pelo Brasil é algo de natureza ética que precisa ser valorizado.

Na sessão do encontro ministerial sobre cooperação tributária, Haddad reforçou a defesa da tributação dos super-ricos: -Vários países, incluindo o Brasil, estão se esforçando para fortalecer sua capacidade fiscal, ao mesmo tempo em que procuram atender às aspirações legítimas de suas populações por justiça social e serviços públicos de alta qualidade. Enquanto isso, alguns poucos bilionários continuam evadindo nossos sistemas tributários, jogando os Estados uns contra os outros, utilizando brechas para evitar o pagamento da sua justa contribuição em **impostos** e minando capacidades das autoridades públicas.

Em seu discurso, o ministro da Fazenda também descreveu a trajetória de debates e discussões sobre o tema ao longo das reuniões do G20, desde o início do ano, e agradeceu o apoio da diretora-gerente do

FMI, Kristalina Georgieva, e do ministro da Economia e das Finanças da França, Bruno Le Maire.

Haddad também minimizou o impacto que posições contrárias, como a dos EUA, poderiam ter no avanço de um acordo global sobre tributação de bilionários: - Graças à nossa vontade política coletiva, este G20 será lembrado como o ponto de partida de um novo diálogo global sobre justiça tributária. Obviamente que há preocupações e ressalvas, há preferências por outras soluções, mas, ao final, todos concordamos que era necessário se fazer constar essa proposta como uma proposta que merece a atenção e mobilização dos organismos internacionais - disse Haddad a jornalistas.

Ele disse ainda esperar que o tema não perca centralidade na agenda econômica da tributação internacional, mesmo quando o Brasil deixar a presidência do G20.

Se por um lado a secretária do Tesouro dos EUA jogou um balde de água fria na ideia de um imposto global sobre os super-ricos, por outro Yellen destacou o apoio do governo americano à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, uma das principais propostas da presidência temporária do Brasil no G-20: - Ficamos muito satisfeitos em participar da iniciativa lançada pelo presidente Lula-disse.

FOME E CLIMA

Yellen destacou os efeitos negativos da invasão da Ucrânia, que levou a um salto nos preços de alimentos e teve "impacto devastador em países que já sofrem de insegurança alimentar e são afetados pelas mudanças climáticas, com seu efeito adverso sobre a agricultura".

Ela reafirmou que os EUA pretendem trabalhar com o Brasil em torno de propostas sobre mudanças climáticas: - Continuaremos a demonstrar nosso compromisso com o multilateralismo, incluindo o foco nas mudanças climáticas. Com apoio da liderança do Brasil no G20, estamos priorizando o trabalho de reforma da arquitetura financeira do clima.

"Alguns poucos bilionários continuam evadindo nossos sistemas tributários, utilizando brechas para evitar o pagamento da sua justa contribuição, Fernando Haddad, ministro da Fazenda

"Política tributária é difícil de coordenar globalmente, e não vemos a necessidade, nem achamos que seja desejável (o imposto sobre super-ricos)" Janet Yellen, secretária do Tesourados EUA

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Países aceitam taxaço a super-ricos, mas aço em bloco é dúvida

Paula Martini, Álvaro Campos e Lucianne Carneiro Do Rio

No primeiro dia de encontros de ministros de finanças do G20, formado por 19 países mais União Européia e Africana, o Brasil comemorou a menção da taxaço de grandes fortunas no **comunicado** que será divulgado pelo grupo nesta sexta-feira (26). A versão acordada pelos países, porém, não deve trazer a promessa de um sistema internacional de tributação dos super-ricos, como queria o governo brasileiro.

Fontes a par das negociações disseram ao Valor que os países do G20 devem endossar o entendimento de que a tributação é um assunto de soberania nacional e reafirmar o compromisso com o diálogo sobre uma tributação justa e progressiva.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reconheceu as divergências. Apesar disso, celebrou a decisão e afirmou que a publicação do acordo será histórico. Segundo Haddad, a presidência brasileira do G20 será marcada como um "ponto de partida" para o diálogo sobre justiça tributária.

"É uma conquista de natureza moral reconhecer que existem práticas inaceitáveis num mundo tão desigual", disse Haddad.

A proposta de um acordo internacional para taxar os bilionários enfrenta resistência de países como os Estados Unidos, que defendem a taxaço progressiva quando quem ganha mais paga mais do que quem ganha menos - mas são contra uma regra global sobre o tema. O Brasil sustenta que é possível arrecadar de US\$ 200 bilhões a US\$250 bilhões por ano se bilionários pagarem 2% de sua riqueza em **impostos**, com base em um estudo do economista francês Gabriel Zucman.

Haddad disse que havia muito ceticismo de que o grupo chegaria a um acordo, mas que o texto foi aclamado pelos ministros. "A declaração já é de conhecimento dos ministros e foi aclamada", comentou. Segundo ele, a proposta brasileira visa começar a pensar a tributação internacional não apenas do ponto de vista das empresas, mas do ponto de vista dos indivíduos chamados super-ricos. Ele afirmou que o documento a ser divulgado nesta sexta-feira não impede que cada país aprove legislações

individuais.

"O fato de termos uma conquista do ponto de vista ético não deveria ser um demérito. A ética é muito importante na política. O fato de os 20 países mais ricos do mundo terem concordado em se debruçar sobre esse tema proposto pelo Brasil precisa ser valorizado", disse.

O ministro afirmou que o Pilar 1 do acordo da OCDE, que cita um imposto mínimo global, levou quase uma década para ser aprovado pelos países, o que deve acontecer este ano. "Se levar um, dois, cinco anos [para aprovação do tema discutido agora pelo G20], não é esse o problema." Haddad comentou que atualmente há uma guerra tributária interestatal, com os países reduzindo **tributos** para atrair empresas, e que é preciso combater o extremismo com mais cooperação.

"Respeitamos os países autointeressados, mas temos de dar espaço para a solidariedade e cooperação internacional. O Brasil não está pedindo nada para si, e sim para que o mundo rico olhe para quem precisa enfrentar esses desafios sem recursos, para que eles possam olhar para o futuro com alguma esperança. Vamos ser engenhosos para desenvolver soluções inovadoras."

Além de reconhecer preocupações, ressalvas e "preferências por outras soluções", Haddad reforçou que é preciso manter a mobilização dos organismos internacionais, e do próprio G20, para que mesmo quando o Brasil deixar a presidência do grupo, o tema não perca a centralidade.

Uma posição contrária à proposta original brasileira foi externada pela secretária do Tesouro americano, Janet Yellen. Ela afirmou que o presidente Joe Biden apresentou propostas sobre a taxaço de bilionários, mas disse que um acordo internacional é desnecessário.

"Faz sentido para a maioria dos países adotar a abordagem de tributação progressiva. Vamos trabalhar na propagação dessas idéias entre o G20. Mas a política tributária é muito difícil de ser coordenada internacionalmente. Não achamos necessário coordenar um acordo global quanto a isso", disse.

A ministra de Finanças do Reino Unido, Rachel Reeves, afirmou que o país está focado em concentrar as discussões sobre tributação no âmbito da OCDE, que negocia um imposto mínimo global sobre empresas.

"Temos que encontrar o equilíbrio entre a criação de riqueza e garantir que as pessoas paguem uma porção justa de **tributos**. O foco é atingir as reformas do pilar 1 (da OCDE). Estamos realmente perto e não queremos nos distrair disso", afirmou a ministra.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187938?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187938?page=1§ion=1)**

Fraudes, responsabilidade solidária e o PLP 68/2024 - OPINIÃO JURÍDICA

Maria Rita Ferragut é sócia-líder da área tributária do Trench Rossi Watanabe

E quase consenso que pessoas íntegras não elevem contribuir para fraudes praticadas por terceiros. Então por qual motivo no Direito Tributário haveria de ser diferente? Em 2024 ainda podemos defender que ilícitos praticados por fornecedores e clientes, quando só puderem ser concretizados com consciente intervenção ou omissão de outras pessoas, apenas dirão respeito às Fazendas Públicas e aos sujeitos diretamente envolvidos?

Embora a fiscalização do cumprimento de obrigações tributárias seja de indelegável atribuição das autoridades administrativas, pessoas físicas e jurídicas podem assumir papel relevante na cobrança da conformidade fiscal de parceiros comerciais. É dentro dessa diretriz que o Projeto de Lei Complementar 68/2024 (PLP 68/2024), que regulamenta a **Reforma Tributária**, visa alterar o ordenamento ao introduzir novas hipóteses de responsabilidade solidária, dentre elas as previstas no artigo 24, V, alíneas "a" e "b", que dispõem sobre a solidariedade do terceiro que concorre, ativa ou passivamente, para o descumprimento de obrigações tributárias.

A responsabilidade e o dever de vigilância aqui tratados não são ilimitados e não autorizam que o responsável solidário responda por ato que não tenha qualquer ingerência e conhecimento. Isso seria inconstitucional e ilegal. Ocorre que o artigo - ao dispor que são solidariamente responsáveis pelo pagamento do IBS e da CBS qualquer pessoa física ou jurídica que concorra por seus atos e omissões para o descumprimento de obrigações tributárias, por meio de ocultação da ocorrência ou do valor da operação ou abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial - não transferiu aos particulares o dever de fiscalizar e tampouco a obrigação de denunciar, mas apenas e tão somente ter contemplado o dever de não concorrer para a prática de fraudes, como se fossem fatos alheios a quem contrata ou toma o serviço, adquire ou vende um bem, ou direito etc., sob pena da responsabilidade solidária pelos ilícitos fiscais.

Segundo o PLP, há duas hipóteses em que o ato ou a omissão concorrem para a fraude e autorizam a solidariedade tributária: ocultação da ocorrência ou do

valor da operação e abuso da personalidade jurídica. No primeiro caso (alínea "a" do artigo 24, V), apesar da redação do enunciado deixar margem à interpretação, o "valor ocultado" deve ser entendido de forma ampla, a fim de contemplar tanto o montante parcialmente omitido, quanto a integralidade do crédito tributário na hipótese de o fato gerador ter sido ocultado e nenhum montante oferecido à tributação. Além disso, o valor que o terceiro deverá suportar limita-se ao tributo não pago, sendo irrelevante a existência de outros débitos em nome do devedor originário.

Já na segunda hipótese (alínea "b"), o PLP incorporou à **legislação tributária** parte do artigo 50 do Código Civil. Além das materialidades (desvio de finalidade e confusão patrimonial) para o CBS e a IBS, o auditor fiscal poderá promover a desconsideração da personalidade jurídica, fazendo o ato não ser de competência exclusiva do Poder Judiciário.

A inovação legislativa já provoca discussões acerca da ilegalidade da eventual transferência do dever de coibir fraudes, da desproporcionalidade dessa obrigação e da violação à capacidade contributiva e à razoabilidade. Em que pese as justificadas preocupações, há que se distinguir os deveres de colaborar e não concorrer para fraudes, da obrigação de fiscalizar propriamente dita; de situações de ação ou omissão conscientes por meio das quais contribuiu-se para a ocultação da ocorrência ou do valor da operação e do abuso da personalidade jurídica, daquelas em que os responsáveis tributários nada sabiam e que, portanto, não poderiam ser responsabilizados.

Nesse sentido, as alíneas "a" e "b" do artigo 24, V, ao enumerar os fatos que ensejam a responsabilidade, confirmam a necessidade de prática dolosa. A norma, portanto, deve ser assim entendida e aplicada a fim de não violar a Constituição e o artigo 128 do Código Tributário Nacional. Trata-se de um verdadeiro e necessário avanço em prol da regularidade fiscal, dada as limitações do "interesse comum" previsto no artigo 124,1, do mesmo Código.

Esse entendimento também se alinha como item 13.1 do Parecer Normativo Cosit/RFB 04/2018, que afirma que "não é qualquer ilícito que pode ensejar a responsabilidade solidária. Ela deve conter um

elemento doloso a fim de manipular o fato vinculado ao fato jurídico tributário".

Portanto, a comprovação da consciência do ilícito praticado por clientes e fornecedores, que só pôde ser concretizado por ação ou omissão concorrente do responsável solidário, é o grande cuidado que as administrações tributárias precisarão ter, a fim de não se exigir dos particulares conduta descabida e desproporcional, e tampouco transformar a responsabilidade tributária em instrumento inidôneo para o aumento de arrecadação.

Por outro lado, assumindo que a dinâmica dos negócios, o acesso à informação e a conformidade fiscal mudaram com o avanço tecnológico, para as hipóteses em que as fraudes somente puderam ocorrer por conta da contribuição consciente do sujeito solidário - ativa ou omissiva, direta ou indireta - a ausência de responsabilidade seria um atraso diante do interesse coletivo de uma sociedade mais íntegra e justa.

Maria Rita Ferragut é sócia-líder da área tributária do Trench Rossi Watanabe

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187938>

O ajuste fiscal que dá bilhão, e o que dá exemplo - FERNANDO TORRES

Fernando Torres é editor-executivo do Valor E-mailfernanclo.torres@valor.com.br

Os grandes investidores internacionais e a Faria Lima são a favor do ajuste fiscal, certo? Afinal, países com déficits crônicos e endividamento em alta em algum momento vão passar por uma crise de confiança, o que vai afastar os investidores e desorganizar a economia.

Imagine então um país que teve superávit primário pela última vez em 2001 e, nos últimos dez anos, teve uma mediana de déficit equivalente a 3,2% do **PIB**. Quando se olha as projeções fiscais do FMI para esse país, o que se observa são novos déficits primários ao redor de 3% até 2029, sem nenhum sinal de convergência para o equilíbrio fiscal.

Como é de se imaginar, esses sucessivos déficits elevaram o endividamento. A relação entre a dívida bruta e o **PIB** desse país saltou quase 20 pontos percentuais em dez anos, e deve subir mais 10 pontos até 2029.

Diante desse cenário, se um governante desse país sugerisse reduzir **impostos** - e conseqüentemente a arrecadação-, e sem nenhum plano para cortar os gastos simultaneamente, seria razoável imaginar que esses grandes investidores, que defendem o ajuste fiscal, achassem uma loucura, certo?

Se esse mesmo governante tivesse um histórico de críticas à independência do Banco Central, clamando por reduções de juros mesmo sem condições técnicas para afrouxamento monetário, pior ainda... os mercados deveriam desabar.

Na teoria, faz sentido. Na prática, porém, não é o que se observa até agora nos Estados Unidos, dono dos indicadores acima. O favoritismo de Donald Trump, que defende redução de **impostos** sobre mais ricos e sobre lucros corporativos caso seja eleito, além da imposição de tarifas sobre importações - que teriam conseqüência inflacionária clara, em um cenário de **inflação** bem acima da meta -, em nenhum momento derrubou os mercados nos EUA.

E grandes investidores têm apoiado publicamente a candidatura do republicano -ao menos até a recente entrada de Kamala Harris na corrida, em substituição a

Joe Biden.

A intenção do texto até aqui, para deixar claro, não é questionar a importância do ajuste fiscal (ou da condução técnica da política monetária).

Mas discutir a coerência do discurso, tanto lá como cá.

Cortemos então para o Brasil.

Por aqui, dez entre dez agentes econômicos, sejam eles investidores e gestores de recursos da Faria Lima, ou empresários do setor produtivo, clamam pela necessidade de ajuste fiscal.

A análise fria dos números mostra que nosso ponto de partida não é tão ruim como o dos EUA. A mediana do nosso déficit primário foi de 0,80% desde 2015, e a projeção do FMI aponta que o Brasil passaria a ter superávit a partir de 2027 -mais pessimista (e realista) que a meta do governo de zerar o déficit em 2025.

Mas se para os EUA, donos da impressora de dólares, se tolera um déficit a perder de vista, por aqui os agentes econômicos acham que equilibrar as contas só em 2027 é muito distante e, quando observam receitas e despesas de hoje, eles têm dúvidas concretas se essa conta realmente vai virar para o positivo em algum momento.

E eles têm razão. Com despesas obrigatórias que crescem "autonomamente" (ou por vinculação à arrecadação) acima dos 2,5% reais que o arcabouço coloca como teto, cria-se um estrangulamento das demais despesas, o que em algum momento vai travar o funcionamento do governo.

Por ora, do lado da despesa, a opção do presidente Lula tem sido a de rejeitar medidas de controle de gastos mais estruturais, e de se concentrar no combate a fraudes e na contenção de desperdícios em diversos programas e políticas públicas. O tal do "pente-fino".

A leitura que se faz é que isso pode ser suficiente para entregar a meta fiscal deste ano e talvez do próximo, mas não de maneira sustentável.

E o que o "mercado" quer é ter a segurança de colocar nas planilhas uma projeção de dívida estabilizada em

algum momento do horizonte. Só isso.

Mas se é verdade que um ajuste fiscal bem-sucedido não se faz apenas com aumento de arrecadação, como vinha tentando o governo, ele também não será feito olhando apenas as despesas, sem nenhuma mudança na cobrança de **tributos** - especialmente retirando isenções e tratamentos especiais a algumas empresas e segmentos da economia.

E a razão para isso é simples.

O governo está se vendo diante da necessidade de realizar cortes em áreas como saúde, educação, previdência e benefícios sociais.

E é difícil, do ponto de vista político e de justiça social, mexer em valores de quem recebe R\$ 600 ou R\$ 1.412 por mês sem antes verificar se tem alguém tendo tratamento privilegiado, não só nos gastos, mas também na tributação.

Do lado dos gastos, o pagamento acima do teto para a elite do funcionalismo (e ainda com direito a isenção de IR) é um dos principais casos de privilégio. Cortar esse gasto pode até não dar muitos bilhões, mas dá exemplo.

E é nesse tipo de gasto que o governo teria que mexer primeiro para poder, com mais legitimidade, fazer o ajuste que vai pegara classe mais baixa.

Do lado da arrecadação, outra medida que "daria exemplo" é rever isenções sobre investimentos que beneficiam do pequeno e novato investidor ao cliente bilionário do private.

Até os mais insuspeitos agentes do mercado já parecem se incomodar com os quase R\$ 1,8 trilhão em títulos isentos. Mas será que a Faria Lima vai defender esse ajuste fiscal?

Fernando Torres é editor-executivo do Valor E-mailfernanclo.torres@valor.com.br

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187938>

Haddad defende a taxaçoão dos super-ricos

Rio - A declaração sobre tributação a ser aprovada pelas lideranças financeiras do G20 é um documento histórico, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reafirmando que a busca por formas de tributar super-ricos é uma prioridade para o Brasil na presidência do grupo das maiores economias do mundo.

Falando na abertura de reunião das lideranças financeiras do G20 sobre cooperação tributária internacional no Rio de Janeiro, Haddad afirmou que o documento será um ponto de partida para o diálogo global sobre justiça tributária.

Ele ainda defendeu que seja construída uma convenção "ambiciosa" nas Nações Unidas que permita avançar no plano de criar um imposto mínimo global coordenado sobre os bilionários.

"Alguns poucos bilionários continuam evadindo os nossos sistemas tributários, jogando os Estados uns contra os outros, utilizando brechas para evitar o pagamento da sua justa contribuição em **impostos**, e minando capacidades das autoridades públicas", afirmou o ministro.

Ponto prioritário na agenda proposta pelo Brasil, que preside o G20 até o fim do ano, a taxaçoão de bilionários tem encontrado respaldo parcial das maiores economias do mundo.

Lideranças do grupo indicaram apoio a uma declaração conjunta que mencione a necessidade de uma tributação efetiva sobre super-ricos, mas sem passos concretos em relação ao tema, com autoridades citando dificuldade de implementação ou pregando que um acordo global não é necessário.

Pelo plano desenhado pelo Brasil, a reunião de ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais no Rio nesta semana terá a emissão de um **comunicado** conjunto com os principais tópicos debatidos e uma declaração sobre cooperação internacional em temas tributários, além de um documento separado, assinado pela presidência brasileira, sobre geopolítica.

"Esta declaração será um documento histórico. É a primeira vez que nós, ministros da trilha de Finanças do G20, falamos em uníssono sobre uma série de questões relativas à cooperação tributária internacional... incluindo a tributação dos super-ricos", afirmou Haddad.

Na reunião, transmitida apenas durante a fala de abertura de Haddad, o ministro argumentou que iniciativas aprovadas internamente pelo Brasil vão na mesma direção defendida pelo país no G20, citando uma **reforma tributária** sobre o consumo com maior progressividade e tributação de fundos exclusivos e offshore.

"Devemos tributar mais os ricos e menos os pobres, melhorando a eficiência global e a legitimidade democrática do sistema tributário. Gosto de ver a declaração não como o ponto de chegada, mas como um ponto de partida", afirmou.(Reuters)

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Aumento do deficit pressiona dívida

» ROSANA HESSEL

As contas públicas do Brasil pioraram de forma expressiva no primeiro semestre. De acordo com especialistas ouvidos pelo Correio, os novos dados, revelados no relatório bimestral de receitas e despesas, divulgados no início da semana, podem fazer com que a trajetória da dívida pública bruta fique bem perto de 80% do Produto Interno Bruto (**PIB**), na melhor das hipóteses.

De acordo com os dados do relatório, a previsão para o rombo fiscal "acima da linha" - considerando os descontos permitidos para o cumprimento da meta fiscal - mais do que dobrou em relação ao relatório do bimestre de março a abril, passando de R\$ 27,5 bilhões, ou 0,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**), para R\$ 61,4 bilhões (0,5% do **PIB**).

Especialistas lembram que esse rombo, de R\$ 61,4 bilhões, não é computado oficialmente para o cumprimento da meta, mas tem impacto direto na dívida pública. No boletim anterior, a previsão de deficit primário era de R\$ 27,5 bilhões, o que implica em um aprofundamento do rombo fiscal em R\$ 33,9 bilhões. Em relação à lei orçamentária, que tinha uma projeção de superavit primário de R\$ 9,1 bilhões, a piora no quadro fiscal foi de R\$ 70 bilhões, que deve ter impacto direto na dívida pública bruta.

Vale lembrar que, pelos dados "abaixo da linha" de resultado primário - com os descontos de despesas extraordinárias no socorro das enchentes do Rio Grande do Sul e com o pagamento de precatórios (dívidas judiciais da União), o desconto no rombo somou R\$ 28,8 bilhões.

Para impedir que o rombo ultrapassasse a meta, o governo anunciou uma contenção de R\$ 15 bilhões em despesas no Orçamento deste ano, medida ainda considerada insuficiente pelos especialistas em contas públicas para o governo conseguir cumprir as determinações do novo arcabouço fiscal.

Nota informativa sobre o relatório do 3º bimestre, feito pela Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal, chamou atenção para esse dado e denominou de "significativa degradação do resultado primário".

De acordo com os técnicos legislativos, o resultado está bem próximo das projeções da mediana dos valores de deficit esperados pelo mercado em R\$ 81,4

bilhões divulgada pelo Ministério da Fazenda no Prisma Fiscal de julho. "Isso evidencia a alta probabilidade de necessidade de novos contingenciamentos em períodos vindouros", alertou o documento.

Pelas estimativas da economista Selene Peres Nunes, uma das autoras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), por causa da piora desse quadro fiscal e das incertezas quanto às novas estimativas do governo, é possível que a dívida pública bruta ultrapasse 80% do **PIB** ainda neste ano. "Existem estimativas para a dívida bruta em torno de 78% do **PIB** antes mesmo do relatório e do contingenciamento.

E existem bancos que alertam que há ainda R\$ 20 bilhões fora dessa conta, sendo R\$ 12 bilhões de despesas subestimadas e R\$ 8 bilhões em receitas superestimadas", explicou.

Atualmente, o Ministério da Fazenda prevê a dívida pública bruta encerrando o ano em 76,6% do **PIB**. Só que pelos dados divulgados pelo Banco Central, em maio, a dívida pública bruta chegou a 76,8% do **PIB**. E, só com esse aumento substancial na estimativa do rombo fiscal, já no terceiro bimestre do ano, para 0,5% do **PIB**, o patamar de 80% do **PIB** será alcançado, se não houver receitas extraordinárias adicionais.

O diretor da IFI Alexandre Andrade lembrou que, conforme a última revisão de cenários da entidade, de junho, o deficit primário do governo central neste ano seria de 0,7% do **PIB** - cerca de R\$ 75 bilhões -, sem os abatimentos da meta, e, portanto a dívida pública bruta ainda ficaria abaixo de 80% do **PIB** neste ano, mas isso não seria possível em 2025.

"Ainda estamos olhando esses números do bimestral", afirmou.

Ele ressaltou que ainda que as despesas voltadas à calamidade do Rio Grande do Sul e de precatórios estejam fora da meta fiscal deste ano, "todo o deficit primário precisa ser financiado com emissão de títulos, o que aumenta a dívida pública bruta".

Pelas estimativas do especialista em contas públicas Murilo Viana, economista sênior da GO Associados, o deficit primário efetivo das contas do governo federal, neste ano, deverá ficar entre R\$ 70 bilhões e R\$ 80 bilhões, dado bem acima do limite inferior da meta fiscal, de R\$ 28,8 bilhões. "Uma variável-chave será identificar qual será de fato o desembolso do governo

com a calamidade do Rio Grande do Sul. Não há a menor dúvida de que o governo central tem que prover amplo suporte econômico e técnico para recuperar o Estado, mas tal suporte tende a bater no resultado fiscal, seja no primário ou mesmo no financeiro", destacou. Viana ressaltou ainda que para o governo estabilizar o aumento da dívida pública em relação ao **PIB** não basta apenas zerar o deficit primário.

"Com o elevado patamar de dívida que nós temos, e a alta taxa de juros reais, é necessário um superávit primário de ao menos 1,5% do **PIB** para segurar o crescimento da dívida. Estamos bem longe dessa realidade", lamentou.

"Meta Porcina": a que foi sem nunca ter sido

Conforme os dados do relatório, apesar do aumento recorde na arrecadação mensal, a previsão de receita sofreu nova redução em relação à LOA, de R\$ 13,2 bilhões, para R\$ 2,168 trilhões. Já as despesas, aumentaram R\$ 20,7 bilhões, em comparação ao boletim anterior, para R\$ 2,229 trilhões.

E, mesmo com o corte anunciado de R\$ 15 bilhões, o governo passou a mirar o limite inferior da meta em vez do centro da meta, que previa deficit zero. O detalhamento da tesourada nos ministérios está previsto para ser divulgado no decreto de programação orçamentária, que deverá ser publicado no Diário Oficial da União, no próximo dia 30. Esse corte engloba um bloqueio de R\$ 11,2 bilhões - para adequação das despesas ao limite de 70% do crescimento da despesa do novo arcabouço - e um contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões - para o cumprimento do piso da meta fiscal.

Em artigo recente após a divulgação do relatório, o ex-diretor do Banco Central Alexandre Schwartzman classificou a meta fiscal de deficit zero, prometido pelo governo para este ano, de "meta Porcina", em alusão à Viúva Porcina, personagem da novela Roque Santeiro, de Dias Gomes, aquela que foi, sem nunca ter sido.

Pelas estimativas dele, o impacto desse deficit primário de R\$ 61,4 bilhões projetados no boletim será de 0,5% do **PIB** na dívida pública bruta, mas ele não prevê que ela fique acima de 80% do **PIB** neste ano. "O resultado primário pode até estar em linha com o permitido pela legislação, mas o que interessa é quanto dinheiro vai faltar. Isto vira dívida", salientou.

No artigo, o ex-diretor do BC demonstrou preocupação com o fato de o governo, agora, perseguir o limite inferior da meta de resultado primário, perto de R\$ 29

bilhões, não o deficit zero, conforme o prometido. "Por mais justificada que seja a ajuda ao RS, não há como escapar de uma conclusão simples: independentemente da contabilidade criativa, o excesso de despesas em relação às receitas se acrescentará à dívida pública, sobre a qual incidirão juros, alimentando o processo como uma bola de neve", alertou. "Não criamos metas fiscais para fingir que as obedecemos. Elas existem porque é necessário sinalizar aos detentores da dívida que em algum momento a bola de neve parará de crescer e, com um tanto a mais de trabalho, começará a encolher", acrescentou no texto.

Inflação de julho encosta na meta

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), conhecido como prévia da **inflação** oficial, registrou alta de 0,30% em junho, conforme dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado apresentou desaceleração em relação à alta de 0,39% de junho, mas ficou acima das estimativas do mercado, entre 0,23% e 0,25%. Em junho de 2023, o indicador apresentou deflação de 0,07%.

De janeiro a julho, o IPCA-15 acumula alta de 2,82%, e, no acumulado dos 12 meses encerrados em julho, o avanço da **inflação** foi de 4,45% - dado acima dos 4,06% registrados nos 12 meses encerrados em junho e bem perto do limite superior da meta de **inflação** deste ano, de 4,5%.

Conforme os dados do IBGE, dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, sete tiveram alta em julho. A maior variação e o maior impacto positivo vieram do grupo de Transportes, de 1,12% e de 0,23 ponto percentual (p.p.), respectivamente.

Esse impacto representou quase 77% da alta do IPCA-15 de julho, refletindo o reajuste da gasolina anunciado pela Petrobras no início do mês e também, em grande parte, pelo aumento dos preços das passagens aéreas, que dispararam 19,21% e contribuíram para a alta do indicador em 0,12 ponto percentual.

Em seguida, o grupo Habitação registrou variação de 0,49% e impacto de 0,07 p.p na **inflação** até a primeira metade de julho, refletindo a mudança de bandeira na conta de luz, que passou de verde para amarela no início deste mês.

De acordo com Fabio Romão, economista da LCA Consultores, por conta do aumento acima do esperado

do IPCA-15 de julho, a projeção da LCA para a **inflação** oficial deste mês passou de 0,32% para 0,35%. Para o ano fechado a estimativa de alta de 4,2% foi mantida. "Tivemos essa surpresa com a passagem aérea, que foi realmente o que jogou o IPCA-15 para cima da mediana esperada pelo mercado. Mas dentro do índice, a gente teve uma informação bastante benigna, que é uma queda intensa dos preços dos alimentos. Houve uma devolução parcial das pressões ligadas às enchentes que apareceram no IPCA-15 de maio e a 15 de junho", destacou Romão.

O grupo Alimentação e bebidas, na contramão, registrou recuo de 0,44%, após oito meses consecutivos de alta. Os demais grupos registraram variações de -0,08%, para o grupo de Vestuário, e de 0,33%, para o de Saúde e cuidados pessoais, conforme os dados do IBGE.

4,45% é quanto ficou a **inflação** nos 12 meses até julho, segundo o IPCA 15, divulgado ontem pelo IBGE

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6223/25-07-2024.html?all=1>

IPCA-15 cai para 0,30% em julho

O IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) registrou nova desaceleração em julho, para 0,30%, segundo dados divulgados nesta quinta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em junho, a inflação foi de 0,39%.

O resultado, porém, ficou acima das expectativas do mercado.

A mediana das estimativas levantadas pela Bloomberg junto aos analistas apontava para uma inflação de 0,23% na comparação mensal.

No acumulado dos últimos 12 meses, o IPCA-15 teve alta de 4,45% em julho, enquanto o mercado esperava uma taxa de 4,38% no período. Em junho, o índice ficou em 4,06% nesse recorte de tempo.

Por ser publicado antes, o IPCA-15 sinaliza uma tendência para a contagem oficial de preços do país.

Os preços do grupo alimentação e bebidas ajudaram a dar um alívio ao índice em julho, com recuo de 0,44%, após oito meses consecutivos de alta.

Em contrapartida, transportes tiveram o maior peso no mês, com alta de 1,12%, em boa parte devido às passagens aéreas, que voltaram a subir. No grupo de habitação, a conta de luz também colaborou para a alta do índice devido ao retorno da bandeira amarela.

Também aferido pelo IBGE, o IPCA-15 se difere da inflação oficial do Brasil, medida pelo IPCA, devido ao período de coleta, que ocorre entre a segunda metade do mês anterior e a primeira metade do mês de referência da divulgação.

Dos 9 grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, 7 tiveram alta no mês de julho.

No grupo de transportes, as passagens aéreas voltaram a subir (19,21%), contribuindo com 0,12 ponto percentual no índice.

Impactados pelo reajuste de preços anunciado pela Petrobras, combustíveis veiculares também voltaram a registrar alta (1,39%).

19,21 POR CENTO FOI A ALTA DAS PASSAGENS AÉREAS

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasilia.com.br/pub/jornalde>

brasil/edicao=17924

IPCA-15 cai para 0,30% em julho, mas fica acima do esperado pelo mercado

DANIELA AMORIM RIO | COLABORARAM CAROLINE ARAGAKI e MARIA REGINA SILVA

A **inflação** brasileira está desacelerando neste mês. Segundo dados divulgados ontem pelo IBGE, o IPCA-15 (que é uma prévia da **inflação** oficial) ficou em 0,30% no mês, abaixo do 0,39% registrado em junho. O número, porém, ficou acima do esperado pelo mercado: a expectativa dos analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast era de um índice de 0,23%.

No acumulado em 12 meses, o IPCA-15 registra alta de 4,45%, acima dos 4,06% observados nos 12 meses encerrados em junho. Isso se explica principalmente porque, em julho de 2023, a taxa foi de -0,07%.

De acordo com o IBGE, dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, sete tiveram alta em julho. Transportes (1,12%) e habitação (0,49%) puxaram as altas. Por sua vez, o grupo alimentação e bebidas teve recuo de 0,44%, após oito meses consecutivos de alta.

Ainda segundo o IBGE, no grupo alimentação e bebidas, a alimentação no domicílio recuou 0,70% em julho (mais informações no quadro desta página).

O grupo habitação, por sua vez, foi influenciado principalmente pela energia elétrica residencial, que subiu 1,20%.

Em julho, passou a vigorar a bandeira tarifária amarela, que acrescenta R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos. No grupo transportes, o maior impacto veio das passagens aéreas, que subiram 19,21%.

ANÁLISES. O Itaú Unibanco afirma que os dados vieram piores do que o banco esperava, especialmente em função da aceleração dos serviços subjacentes, que mostra que a mínima desses preços no ano deve ter ficado em junho.

A estrategista de **inflação** da Warren Investimentos, Andréa Angelo, aumentou as projeções para o IPCA de julho, de 0,25% para 0,31%, e para o ano, de 4,1% para 4,2%, após a surpresa para cima com o IPCA-15 de julho. As estimativas, afirma, estão atreladas às pressões dos itens seguro de automóvel e passagem aérea.

Andréa avalia que, embora a leitura do IPCA-15 do

mês tenha apresentado pressões pontuais, há também uma mudança importante de nível de preços.

"Alguns efeitos podem ser mais permanentes e elevar a **inflação** para o ano, como no caso do seguro de automóvel, muito relacionado às enchentes no Rio Grande do Sul."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com queda em alimentos, prévia do IPCA cai para 0,3%

O IPCA-15, considerado a prévia da **inflação**, desacelerou e ficou em 0,3% este mês, informou ontem o IBGE. Ainda assim, o índice ficou acima da expectativa do mercado. Os preços dos alimentos cederam, mas os custos com transporte continuaram a pressionar o indicador, especialmente as passagens aéreas. A alta da gasolina, refletindo o reajuste da Petrobras nas refinarias, também freou uma desaceleração maior.

Já em 12 meses, o índice subiu e acumula alta de 4,45%, contra 4,06% no período anterior e perto do teto da meta de **inflação**, de 4,5% este ano. O objetivo central é 3%.

SELIC DEVE FICAR ESTÁVEL

Analistas de mercado projetavam que o índice ficasse em 0,22%. O grupo Alimentação e bebidas, que vinha puxando a **inflação** para cima nos últimos meses, teve queda de 0,44% em julho. Houve retração na alimentação em casa (-0,70%) e um crescimento mais lento dos preços das refeições fora do domicílio (0,25%, contra 0,59% no mês anterior).

"Pre vemos que a deflação dos alimentos no IPCA fechado de julho será ainda mais intensa, em linha com nossos monitores de preços", estima a XP, lembrando que é o primeiro índice com a coleta normalizada no Rio Grande do Sul.

O grupo Transportes avançou 1,12%, com salto de 19,21% nas passagens aéreas. Subiram ainda gasolina (1,43%), etanol (1,78%) e óleo diesel (0,09%), embora o gás natural veicular (GNV) tenha recuado 0,25%.

Segundo a XP, o índice veio pior que o esperado, mas, como a pressão veio de itens mais voláteis, como passagens aéreas, a corretora avalia que o Banco Central manterá a taxa básica de juros (Selic) no atual patamar, de 10,5% ao ano. O Citi tem avaliação igual.

"Em nossa visão, a surpresa de alta nos preços das passagens aéreas levará os economistas a revisarem para cima suas previsões para o IPCA de julho", diz o relatório. Mas a XP não mudou sua previsão para o ano, de 4,3%.

IBOVESPA RECUA 0,37%

Outra frente de pressão veio da energia elétrica residencial, com alta de 1,2%. Em julho, passou a vigorar a bandeira tarifária amarela, que acrescenta R\$ 1,885 a cada 100kWh consumidos.

- O qualitativo do índice veio bem pior que o esperado, especialmente em serviços, indicando a dificuldade da desaceleração dos núcleos de **inflação** (que retiram as variações e itens mais voláteis). O IPCA de julho deve ser revisto para cima e, por consequência, o IPCA de 2024 também - diz Leonardo Costa, economista do ASA Investimentos.

O IPCA-15 pesou para que o Ibovespa fechasse em queda de 0,37%, aos 125.954 pontos. O dólar comercial recuou 0,16%, a R\$ 5,6478.

-A perspectiva de **inflação** no Brasil ajuda a manter os juros nos níveis atuais, e aí a Bolsa não vai tão bem - diz Norberto Sangalli, analista de renda variável da gestora Nippur.

Com a perspectiva maior de **inflação**, os juros futuros também apresentaram alta, sendo negociados acima dos 12% em janeiro de 2027, 2028 e 2029. (Paulo Renato Nepomuceno, com agendas")

19,21% Foi a alta das passagens aéreas no IPCA-15 de julho o reajuste veio acima do que esperava o mercado. Gasolina também subiu

-0,44% Foi a queda nos preços dos alimentos o índice foi puxado pela alimentação no domicílio. As refeições fora de casa subiram menos no mês

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Déficit em transações correntes mais que dobra no primeiro semestre e alcança US\$ 18,7 bilhões

Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro De Brasília e São Paulo

O déficit nas contas externas mais que dobrou na comparação entre o primeiro semestre deste ano e o mesmo período de 2023. Em 2024, o déficit de janeiro a junho foi de US\$ 18,7 bilhões enquanto no ano passado foi de US\$ 9 bilhões. A queda dos preços dos produtos exportados, a maior força da demanda doméstica e as mudanças de hábitos de consumo da população, que usa mais serviços estrangeiros como plataformas de "streaming" de música e vídeo são alguns dos fatores que contribuíram para o déficit.

Por ora, o resultado negativo nas transações com o exterior não preocupa os economistas porque é relativamente pequeno em comparação ao tamanho da economia. Correspondeu a 1,41% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no período de 12 meses encerrado em junho, segundo dados divulgados pelo Banco Central (BC) ontem.

Nesse patamar, está longe dos níveis superiores a 3% do **PIB** que, no passado, estiveram associados a crises de balanço de pagamentos - ainda mais porque o Brasil segue com sólidas fontes de financiamento, com um ingresso líquidos equivalentes a 3,15% do **PIB** no acumulado dos últimos 12 meses ou US\$ 70,3 bilhões de Investimento Direto no País (IDP). Mas chama a atenção o rápido avanço nos últimos quatro meses. Em fevereiro, o déficit nas transações correntes estava em 0,75% do **PIB**.

Fernando Rocha, chefe do departamento de estatísticas do BC, apontou que, apesar do aumento no déficit, o patamar permanece em valores baixos e integralmente financiado pelo ingresso de capitais de longo prazo "mostrando uma tranquilidade muito grande nas contas externas brasileiras".

No primeiro semestre, o saldo comercial encolheu 10%, para US\$ 38 bilhões. Pesaram os preços menos favoráveis para produtos exportados, que comeram quase todo o ganho com o aumento do volume de embarques, e o aumento das importações, que está ligada ao grau de aquecimento da economia, que puxa o consumo e os investimentos.

O déficit em transações correntes também teve impacto de uma revisão metodológica promovida pelo BC neste mês. A conta de criptoativos, que costuma registrar déficits, foi reclassificada e saiu da balança comercial para ser contabilizada na conta de capital. Com isso, houve redução no déficit de janeiro a maio de 2024, de US\$21,1 bilhões para US\$14,7 bilhões.

O relatório do Itaú assinado por Julia Gottlieb ressaltou que, apesar dessa revisão, os dados do balanço de pagamentos "continuam mostrando deterioração" com a perda de dinamismo da balança comercial, que registrou queda nas exportações e elevação das importações, e do aumento no déficit de serviços. "Ainda assim, o financiamento externo segue em patamar historicamente confortável", destacou.

O aumento no déficit na conta de serviços foi de 27,3% e chegou a US\$ 24,2 bilhões no semestre.

Os gastos com turistas costumam pesar muito no balanço de serviços, mas, com a alta do dólar, esse não foi o caso no semestre, quando houve uma queda de 14% no déficit desse item. A despesa de viajantes brasileiros no exterior ficou praticamente estável em relação ao mesmo semestre do ano anterior, em US\$ 7 bilhões, enquanto os turistas estrangeiros aproveitaram o real mais barato e gastaram US\$ 3,7 bilhões, 15% a mais.

Um dos grandes avanços na despesa de serviços foi no item "serviços de propriedade intelectual", com déficit de US\$ 4,3 bilhões, alta de pouco mais de 80%. Nessa rubrica, entram as mensalidades pagas pelos brasileiros para as plataformas estrangeiras de música e que exibem filmes e seriados.

O maior dinamismo da economia também provoca pressão nos gastos de serviços como transportes, que incluem os fretes de navios; serviços de informática, entre os quais serviços como aluguel de nuvens de dados; e aluguel de equipamentos.

As remessas de lucros e dividendos, porém, ficaram praticamente estáveis, em US\$ 20,7 bilhões. Em tese, com maior aquecimento da economia, as empresas

lucram mais, porém a alta do dólar faz com que esses resultados aferidos em reais fiquem menores, quando convertidos em moeda estrangeira.

Esse é um sintoma da redução de valor da economia de forma geral, quando a contabilidade é feita em dólares. Entre maio e junho, o **PIB** em dólares acumulado em 12 meses recuou pela primeira vez desde fevereiro de 2021, passando de US\$ 2,240 trilhões para US\$ 2,233 trilhões.

Em nota, o economista da XP Rodolfo Margato ressaltou que a maior contribuição para o déficit na conta de serviços foram os serviços de propriedade intelectual em primeiro lugar. Segundo Margato, "a robustez da atividade econômica no Brasil tem sido um fator relevante por trás do aumento do déficit na conta de serviços".

As estatísticas do setor externo também mostraram que o IDP chegou a US\$ 36,5 bilhões nos primeiros seis meses deste ano. O valor é maior do que o registrado no mesmo período de 2023, quando o IDP foi de US\$ 30,4 bilhões. No último Relatório Trimestral de **Inflação**, o BC reduziu sua projeção de IDP para 2024 de US\$ 70 bilhões para US\$ 65 bilhões (2,9% do **PIB**).

Jefferson Laatus, chefe-estrategista do grupo Laatus, avalia que o setor externo está em um momento que pode se configurar em uma oportunidade para o país. "A perspectiva de início de corte de juros nos EUA vem gerando uma grande rotação dos ativos. Caso tenhamos agilidade por parte do governo em relação a execução dos planos, o Brasil pode seguir se beneficiando desse momento", disse.

"Financiamento externo segue em patamar historicamente confortável"

Julia Gottlieb

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187938?page=1§ion=1>

Prévia da inflação de julho volta a frustrar analistas

Anais Fernandes e Rafael Rosas De São Paulo e do Rio

Após uma surpresa positiva com o IPCA de junho, a prévia da **inflação** oficial do país para julho, divulgada ontem pelo IBGE, não só desacelerou menos do que o esperado, como trouxe uma composição pior, segundo economistas.

O índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) subiu 0,30%, vindo de 0,39% em junho. A expectativa mediana colhida pelo Valor Data era de 0,23%, com máxima de 0,32%. Em 12 meses, o IPCA-15 acelerou pelo segundo mês consecutivo, para 4,45% em julho, de 4,06% em junho.

"Ainda que uma **inflação** mensal de 0,3% seja ok, a abertura é um pouco indigesta", diz Tatiana Pinheiro, economista-chefe de Brasil da Galapagos Capital.

Das nove classes de despesas, cinco tiveram desaceleração na passagem de junho para julho: alimentação e bebidas (de 0,98% para -0,44%); habitação (de 0,63% para 0,49%); vestuário (de 0,30% para -0,08%); saúde e cuidados pessoais (de 0,57% para 0,33%) e comunicação (de 0,17% para 0,09%). Por outro lado, quatro grupos registraram aceleração de preços: artigos de residência (de -0,01% para 0,24%); transportes (de -0,23% para 1,12%); despesas pessoais (de 0,25% para 0,32%); e educação (de 0,05% para 0,06%).

Os transportes foram a principal influência altista, com impacto de 0,23 ponto percentual no índice de julho. O grupo sentiu as altas muito acima do esperado em passagens aéreas (19,21 %, ante expectativas entre 8% e 9%) e no seguro de veículos (4,62%, a maior variação mensal pelo menos desde fevereiro de 2020, quando o IBGE atualizou a cesta). Além disso, o avanço dos preços dos combustíveis veiculares (1,39%), na esteira do aumento da gasolina anunciado pela Petrobras, superou as expectativas, sugerindo que o repasse foi mais rápido do que o antecipado.

O ajuste da Petrobras, que pegou também o gás de botijão, influenciou ainda a alta em habitação. Mas a principal pressão no grupo foi a energia, que subiu 1,2% com a mudança da bandeira tarifária verde (sem cobrança extra na conta de luz) para amarela, que acrescenta R\$ 1,885 por 100 kWh.

Com as altas em combustíveis e energia, os preços administrados (definidos por contrato ou órgão público) aceleraram de 0,4% em junho para 0,54% em julho, enquanto os preços livres desaceleraram de 0,39% para 0,22%, de acordo com a MCM Consultores.

Os efeitos das chuvas no Rio Grande do Sul podem ajudar a explicar a surpresa altista com passagens aéreas e seguro de veículos, diz Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays.

Pela metodologia do IBGE, as cotações de passagens aéreas são feitas com dois meses de antecedência, ou seja, o IPCA-15 de julho inclui preços das passagens coletados em maio, quando as enchentes levaram ao fechamento do aeroporto na capital Porto Alegre. "É possível que parte da surpresa altista esteja relacionada a esse evento", afirma Secemski.

Além disso, no caso dos seguros de veículos, Secemski observa, citando notícias da imprensa, que houve aumento nos sinistros no Rio Grande do Sul, o que levou grandes seguradoras a diluir os custos crescentes da região em outras áreas.

"Avaliamos que o efeito altista pode ter duração mais permanente na **inflação** que o esperado anteriormente", escrevem Andréa Ângelo, Guilherme Gomes e Vinicius Valentim, da Warren Rena, em comentário. Para o ano, eles estimam que os preços de seguro de veículos terão alta de 9,8%, após deflação de 7% em 2023.

Por outro lado, Secemski diz que os choques altistas anteriores causados pelas enchentes no Sul sobre os alimentos parecem estar se revertendo e permitindo uma correção mais rápida nos preços, que caíram 0,44% em julho, mais do que o esperado pelo mercado. Secemski nota que Porto Alegre, inclusive, registrou a maior queda nos preços da alimentação em casa, de 1,6%, acima da leitura nacional de deflação de 0,7%, que também surpreendeu positivamente.

As passagens aéreas e os seguros de veículos influenciaram a alta de 0,7% dos serviços em julho. Em 12 meses, a **inflação** acelerou de 4,62% em junho para 4,97% agora.

Medidas qualitativas da **inflação**, como os núcleos, que tentam suavizar o efeito de itens mais voláteis,

acabaram refletindo essa leitura "mais desconfortável" do IPCA-15, diz Pinheiro.

A média dos cinco núcleos acompanhados pelo Banco Central, por exemplo, subiu 0,34% em julho, a mesma taxa de junho, mas havia expectativa no mercado de que a alta seria menor. Em termos anualizados, equivale a 4,16%, segundo Pinheiro, bem acima da meta de **inflação** de 3% para o ano.

Em 12 meses, a média dos núcleos acelerou de 3,49% em junho para 3,75% em julho, deixando para trás 23 meses seguidos de desaceleração, nota Secemski.

Os serviços subjacentes (mais ligados ao ciclo econômico) subiram 0,58% em julho, a pior leitura em quatro meses, segundo a Warren Rena. "É um balde de água fria no mercado", diz Luis Otávio Leal economista-chefe da G5 Partners.

Secemski pondera que a leitura dos serviços subjacentes em julho também foi afetada pelos seguros de veículos. "Caso esse item tivesse subido em linha com sua média de cinco anos para o mês, de 0,7%, os serviços subjacentes teriam avançado 0,43%." De qualquer forma, ele diz não esperar que a tendência descendente nos preços dos serviços subjacentes observada até recentemente continue, devido à baixa ociosidade na economia.

Entre notícias menos ruins, analistas destacam a estagnação, ainda que em patamar elevado, dos serviços intensivos em trabalho e a queda no índice de difusão (proporção de itens em alta na cesta), de 56,9% em junho para 51,2% em julho, segundo o Valor Data.

Ainda assim, com a surpresa altista no IPCA-15, as estimativas para a **inflação** cheia em julho subiram para um patamar entre 0,3% e 0,35%. O ASA ajustou para 0,37%, o que levou a projeção para o IPCA em 2024 de 4% para 4,1%. "O qualitativo do IPCA-15 de julho veio bem pior que o esperado", afirma o economista Leonardo Costa.

"[Serviços subjacentes de volta a 0,6%] é um balde de água fria" Luis Otávio Leal

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187938?page=1§ion=1>

Confiança do consumidor registra melhora

Rafael Rosas Do Rio

A melhora do mercado de trabalho e a **inflação** controlada impulsionaram a expectativas do consumidor em julho, principalmente nas faixas de renda mais baixas, e contribuíram para que o índice de Confiança do Consumidor (ICC) tivesse a segunda alta seguida.

O indicador, calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), subiu 1,8 ponto este mês, para 92,9 pontos.

O índice de Expectativas (IE) avançou em 3 pontos, para 101,1 pontos, também na segunda alta seguida. O índice da Situação Atual (ISA) estabilizou em 81,6 pontos, mantendo-se no maior nível desde novembro de 2023, quando marcou 82 pontos.

A economista Anna Carolina Gouveia, do FGV Ibre e responsável pelo indicador, destacou que a percepção financeira futura das famílias foi fundamental para a escalada do IE, ao subir 6,7 pontos entre junho e julho, para 107,1 pontos no maior nível desde os 107,6 pontos de agosto de 2023. Em contrapartida, ressaltou, o indicador da situação financeira atual da família recuou 0,5 ponto.

Gouveia destaca que, enquanto as perspectivas para a situação financeira futura oscilam acima do patamar de 100 pontos - o que indica otimismo por parte do consumidor - a situação financeira atual fechou julho em 71 pontos, no terreno do pessimismo.

A economista lembra que, enquanto a situação financeira futura da família avançou 12,7 pontos desde dezembro do ano passado, a situação financeira presente teve quatro altas e duas quedas desde fevereiro e, este ano, subiu apenas 1,5 ponto.

"O crescimento tem sido moderado e vem da percepção futura das famílias", diz Gouveia, que frisa a importância da melhora do mercado de trabalho para esse comportamento da confiança. "A melhor do mercado de trabalho continua, mas as famílias vinham de uma condição financeira ruim, endividadas. E os indicadores retratam a melhora gradativa do presente financeiro, mas vinculada ao futuro", pondera a economista.

No IE de julho, além da situação futura das finanças familiares, o componente que mede o ímpeto de compras de bens duráveis aumentou pela segunda

vez consecutiva, agora em 2,7 pontos, para 84 pontos. E a perspectiva para a situação futura da economia caiu 0,9 ponto, para 109,4 pontos.

No ISA, enquanto a percepção sobre as finanças pessoais das famílias caiu 0,5 ponto, para 71 pontos, a percepção sobre a economia local avançou 0,5 ponto, para 92,5 pontos.

Gouveia também destaca o comportamento da confiança por faixas de renda. Em julho, a confiança do consumidor com renda até R\$2.100,00 por mês subiu 1 ponto, enquanto a do consumidor com renda entre R\$ 2,1 mil e R\$ 4,8 mil avançou 5,2 pontos.

Em contrapartida, a faixa entre R\$ 4.800,01 e R\$ 9.600,00 recuou 0,5 ponto e a faixa com renda acima de R\$ 9.600,01 viu a confiança subir apenas 0,5 ponto. Curiosamente, a confiança das três primeiras faixas é a mesma, de 92,4 pontos, enquanto na faixa mais alta o patamar é de 93,6 pontos.

"A melhora da confiança está muito vinculada às duas rendas mais baixas, o que está em linha com a consolidação do cenário de mercado de trabalho muito bom e com a **inflação** controlada, que são pontos primordiais para quem está nas rendas mais baixas", afirma Gouveia, lembrando que, desde março, a confiança das duas primeiras faixas de renda só recuou em maio, fruto das incertezas provocadas pela tragédia climática no Rio Grande do Sul.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187938?page=1§ion=1>

Estatais têm queda de 28% no lucro em 2023, aponta relatório

Estevão Taiar e Fernando Exman De Brasília

As empresas estatais brasileiras tiveram no ano passado, o primeiro do novo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), lucro líquido somado de R\$ 197,9 bilhões. O número representa queda de 28% em relação a 2022. Já o faturamento total dessas 44 companhias em 2023 foi de R\$ 1,25 trilhão, recuo de 5,2% no mesmo período. Os dados fazem parte do Relatório Agregado das Empresas Estatais Federais referente ao ano passado, produzido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e antecipado ao Valor.

O MGI atribui a queda do lucro principalmente ao recuo no preço do petróleo no mercado internacional. Isso porque a Petrobras responde pela maior parte desse lucro total (R\$ 125 bilhões), seguida de Banco do Brasil (R\$ 33,8 bilhões), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES (R\$ 21,9 bilhões), e Caixa Econômica Federal (R\$ 11,7 bilhões). A pasta destaca que, simultaneamente à busca por resultados financeiros robustos, o governo Lula vem priorizando a atuação das estatais como "instrumentos de política pública" e de "desenvolvimento" do país. Em contraponto, especialistas em contas públicas destacam a importância de as empresas estatais terem balanços saudáveis como forma de evitar impactos negativos no resultado primário do governo.

No ano passado, as estatais tiveram impacto primário negativo de R\$ 181 milhões para a União. O déficit foi menor do que o previsto inicialmente, de R\$ 3 bilhões, e o cálculo leva em conta apenas as estatais não dependentes do governo federal. Ou seja, aquelas que não dependem de recursos da União. Segundo o MGI, esse impacto foi fruto de investimentos realizados com caixa das próprias companhias, sem desembolsos do Tesouro Nacional.

"Ainda que a gente tivesse fechado o ano com resultado primário negativo de R\$ 3 bilhões, isso não seria ruim, porque não é que o dinheiro está saindo do Tesouro", argumentou ao Valor a secretária de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do MGI, Elisa Leonel. "Uma coisa é a lógica orçamentária, outra é o exercício fiscal [...] O governo todo ano zera e começa de novo. Mas as estatais não, elas carregam caixa. Então, se elas têm saldo positivo em

caixa, vão investir, e isso vai significar déficit no ano fiscal. É um déficit, mas é um déficit contábil, não é financeiro. Não tem então aporte do governo federal e do Tesouro. Não tem rombo, é uma questão contábil."

Já as 17 empresas dependentes do Tesouro receberam, durante o ano de 2023, o total de R\$ 23,9 bilhões em subvenções da União para viabilizar a oferta de seus serviços à sociedade.

A secretária destaca que ao todo as empresas estatais pagaram no ano passado R\$ 49 bilhões para a União em dividendos e juros sobre capital próprio. Em outras palavras, acrescenta, elas teriam gerado um efeito positivo de aproximadamente R\$ 25 bilhões para os cofres públicos. "As estatais mais contribuem para gerar caixa do que despesas para a União", frisa Elisa Leonel. "Elas trazem mais resultados do que consomem recursos."

Entre essas 17 estatais dependentes, estão hospitais, empresas da área de Defesa, infraestrutura, a Embrapa e a Ceitec, concebida para fabricar microchips. São áreas consideradas estratégicas pelo atual governo e, por isso, a subvenção estatal é vista como algo necessário. A Ceitec, por exemplo, foi retirada pelo atual governo de um processo de liquidação iniciado durante a administração Bolsonaro.

Entre as suas primeiras medidas, o governo Lula promoveu a exclusão de sete empresas estatais do programa nacional de desestatização: Correios, Dataprev, Sei pro, Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep) e Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), além da Ceitec. A iniciativa foi criticada pela oposição.

O Relatório Agregado das Empresas Estatais Federais leva em conta as 44 companhias controladas diretamente pela União, formadas por 39 companhias públicas e cinco de economia mista. Elas atuam em sete frentes diferentes: petróleo, gás e energia; finanças; comunicações e tecnologia; infraestrutura e transporte; saúde; defesa; e abastecimento e segurança alimentar.

Ao todo, empregam diretamente pouco mais de 436 mil funcionários - houve aumento de 2,3 mil postos de emprego ante 2022. Segundo o MGI, entre 2019 e

2022 as estatais perderam 42 mil trabalhadores.

O levantamento do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos mostra que o Valor Adicionado Bruto, uma espécie de medida de "riqueza gerada" pelas companhias, foi de R\$ 627,1 bilhões no ano passado. O montante equivale a 5,75% do Produto Interno Bruto (**PIB**) e leva em conta indicadores como pagamentos de **impostos**, taxas e contribuições (R\$ 222,5 bilhões), remuneração de trabalhadores (R\$ 130,6 bilhões) e distribuição de recursos para acionistas (R\$ 101,4 bilhões, dos quais R\$ 37,1 bilhões para a União). As empresas também são responsáveis por aproximadamente 20% do R\$ 1,7 trilhão de investimentos previstos pelo Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) até 2027.

Em relação à capacidade das estatais de promover o "desenvolvimento socioeconômico", citado pela secretária, o relatório destaca que 82% dos desembolsos realizados pelo BNDES em 2023 estão ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Sob outro aspecto, as empresas controladas pela União administram "mais de 45 hospitais em todo o Brasil", que em 2023 realizaram "mais de 8 milhões de consultas e 283 mil cirurgias de diferentes complexidades".

Mas Elisa Leonel destaca que o "maior desafio" neste momento, que "não é um trabalho simples", é "aprofundar as metodologias de monitoramento" dos gastos das estatais. Por isso, o governo federal vem "construindo algumas parcerias" com institutos de pesquisa, consultorias e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Também foi criada uma diretoria de Orçamento e Qualidade dos Gastos das Estatais dentro do MGI.

Para Tiago Sbardelotto, economista da XP com passagem pelo Tesouro Nacional, gastos realizados por estatais não dependentes podem "afetar o caixa do Tesouro no médio prazo". Isso porque, dependendo do ritmo de desembolsos, "essas empresas terão menos recursos para investir, podendo chegar ao ponto em que teriam de recorrer a aportes do Tesouro para renovar seu estoque de capital". "Além disso, se houver déficits por período prolongado, é possível que essas empresas deixem de ser não dependentes e passem a ser dependentes, entrando no Orçamento da União por falta de capacidade de obter recursos para pagar despesas correntes", alerta.

Economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitoria acrescenta que "quando as estatais deixam de gerar caixa, isso reduz o pagamento de dividendos". Entre 2019 e 2022, o governo federal recebeu R\$ 180 bilhões em dividendos dessas companhias,

aproximadamente 0,5% do **PIB** por ano. Trata-se de um montante "muito positivo", na avaliação dela. "Estatais superavitárias podem contribuir para a redução no déficit primário", diz.

"Quando as estatais deixam de gerar caixa, isso reduz o pagamento de dividendos" Rafaela Vitoria

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187938?page=1§ion=1>

Cresce número de mulheres em empresas públicas

O número de mulheres que trabalham nas empresas estatais federais vem crescendo ao longo dos anos, embora elas ainda sejam minoria. No ano passado, segundo o Relatório Agregado das Empresas Estatais Federais, o quadro dessas companhias tinha 38,5% de mulheres e 61,5% de homens. Por outro lado, o documento mostra que as mulheres têm conquistado espaço nos concursos mais recentes.

Antecipado pelo Valor, o relatório produzido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) registra que em 2023 a diferença entre a participação de homens e mulheres era mais alta entre os empregados com mais de 11 anos de serviço na empresa, faixa na qual dois em cada três empregados são homens. Entre as pessoas com dez ou menos anos de serviço, a distribuição é de 51,3% homens e 48,7% mulheres, indicando uma relação mais equilibrada na dinâmica recente do quadro funcional das estatais.

"É uma agenda que está em construção", diz a secretária de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do MGI, Elisa Leonel, acrescentando que estudos comprovam que a diversidade melhora resultados.

A secretária reconhece que há "desafios" que precisam ser enfrentados para aumentar a diversidade de gênero e raça dentro das empresas federais. Mas pondera: "As estatais nem faziam levantamentos sobre o assunto, então um primeiro desafio é coletar informação."

Um dos levantamentos iniciais, realizado ainda de maneira preliminar, mostra que a participação de mulheres em conselhos de estatais passa por uma "melhora significativa". Entre as iniciativas em elaboração pela pasta para acelerar esse processo, estão "um pacto de fortalecimento da diversidade" dentro das empresas, para ser "lançado em breve", e a realização de concursos "ainda mais inclusivos".

Elisa Leonel cita o Banco do Brasil (BB), do qual ela própria é conselheira, como exemplo de diversidade entre as estatais. De acordo com a secretária, o BB é uma das instituições financeiras com "diretoria e conselho de administração mais diversos do país".

Em seu discurso de posse, em fevereiro do ano

passado, a presidente do banco, Tarciana Medeiros, afirmou que "a diversidade estará presente como marca" da sua gestão. E em entrevista concedida ao Valor em novembro, ela ainda disse que a instituição tem como metas que, até 2025, 30% de seus cargos de liderança sejam ocupados por mulheres e outros 30% por pessoas negras e etnias sub-representadas. Também afirmou que o banco trabalha para facilitar o acesso desses grupos a crédito e outros produtos, ao mesmo tempo em que desenvolve serviços mais inclusivos. Um dos resultados citados na ocasião foi o aumento de 9% no volume de crédito concedido a empreendedoras mulheres na comparação com 2022.

O relatório do MGI ainda mostra que no fim do ano passado os funcionários dessas empresas "tinham em média 45,8 anos de idade, com 15,7 anos em média de serviços prestados". "Em relação ao gasto total com a remuneração e os benefícios de empregados, nota-se que, quando aplicada a correção pela **inflação**, o valor de 2023 é 12,8% menor que o de 2019, uma queda maior do que o dos 8,4% no número de empregados no mesmo período", aponta o relatório.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187938?page=1§ion=1>

Divisão menor do FGTS está em estudo

BRASÍLIA

Ministérios que fazem parte do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) estudam distribuir um percentual menor do lucro do fundo aos trabalhadores em 2024. Em 2023, 99% dos ganhos obtidos no ano anterior foram repassados aos cotistas.

Segundo dois técnicos de pastas envolvidas na discussão, existe a intenção de deixar parte do lucro recorde de R\$ 23,4 bilhões registrado no ano passado em uma reserva técnica no balanço do fundo. O objetivo é assim garantir a remuneração dos trabalhadores pela inflação em todos os anos, como determinou o Supremo Tribunal Federal (STF). As informações são de Idiana Tomazelli, Lucas Marchesini e Catia Seabra, da Agência Folha.

Essa reserva técnica ajudaria a formar uma espécie de colchão de recursos para reforçar a distribuição dos resultados em eventuais situações em que a remuneração do FGTS fique abaixo do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A medida também contribuiria para a sustentabilidade futura do fundo de garantia.

Uma das possibilidades em discussão é distribuir 90% do lucro aos trabalhadores, o que representaria R\$ 21 bilhões. Outra opção é destinar à reserva técnica uma fatia equivalente ao lucro extraordinário (R\$ 6,5 bilhões), repartindo os demais R\$ 16,8 bilhões com os trabalhadores (cerca de 72%).

Há ainda outras alternativas. O Ministério do Trabalho tem feito diferentes simulações a partir das premissas estabelecidas. A decisão final será tomada em reunião extraordinária do Conselho Curador prevista para 6 de agosto.

Além da formação da reserva técnica, o governo estabeleceu como premissa a garantia de algum ganho real para os trabalhadores, em patamar próximo ao assegurado nos últimos anos.

Em 2022, a inflação foi de 5,79%, mas a distribuição dos lucros levou a remuneração das contas dos trabalhadores no FGTS a 7,09% - uma diferença de 1,3 ponto percentual.

Desde o início da distribuição de resultados do fundo, em 2017 (referente ao lucro de 2016), a remuneração aos cotistas ficou, em média, 0,6 ponto percentual

acima da inflação.

Apenas em 2021 houve perda real, uma vez que o IPCA ficou em 10,06%, contra um retorno de 5,83% no fundo de garantia. Se esse ano for desconsiderado, a média de ganhos ficaria em 1,37%.

Em 2023, o IPCA fechou o ano em 4,62%. Só a rentabilidade básica das contas do FGTS (Taxa Referencial, a TR, mais 3% ao ano) já assegurou aos trabalhadores uma remuneração de 4,96%, acima da inflação.

APLICATIVO FGTS: uma das possibilidades é a distribuição de 90% do lucro do Fundo de Garantia neste ano

OS NÚMEROS

R\$ 23,4 bi

foi o lucro do FGTS em 2023

99%

foram distribuídos ano passado

País tem déficit de US\$ 4,029 bi

Brasília - As contas externas do Brasil registraram saldo negativo em junho de 2024, chegando a US\$ 4,029 bilhões, informou ontem o Banco Central (BC). No mesmo mês de 2023, o déficit havia sido de US\$ 182 milhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

A piora na comparação interanual é resultado da queda de US\$ 3,3 bilhões no superávit comercial, em razão, principalmente, da redução no valor das exportações. Contribuindo para o resultado negativo nas transações correntes, os déficits em serviços e renda primária (pagamento de juros e lucros e dividendos de empresas) aumentaram em US\$ 399 milhões e US\$ 46 milhões, respectivamente. A renda secundária também teve redução no superávit, de US\$ 148 milhões.

Em 12 meses encerrados em junho, o déficit em transações correntes somou US\$ 31,453 bilhões, 1,41% do Produto Interno Bruto (**PIB**), ante o saldo negativo de US\$ 27,605 bilhões (1,23% do **PIB**) no mês passado. Já em relação ao período equivalente terminado em junho de 2023, houve diminuição; na ocasião, o déficit em 12 meses somou US\$ 39,281 bilhões (1,93% do **PIB**).

De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, as transações correntes têm cenário bastante robusto e vinham com tendência de redução nos déficits em 12 meses, que se inverteu a partir de março deste ano. Ainda assim, o déficit externo é baixo para os padrões da economia brasileira e está financiado por capitais de longo prazo, principalmente pelos investimentos diretos no país, que têm fluxos de boa qualidade.

Os dados do Investimento Direto no País (IDP) no mês de junho somaram US\$ 6,269 bilhões, o melhor resultado desde junho de 2013, quando foi de US\$ 10,3 bilhões. De acordo com Rocha, isso mostra "uma tranquilidade grande das contas externas brasileiras".

No acumulado de janeiro a junho de 2024, o déficit nas transações correntes ficou em US\$ 18,691 bilhões, contra saldo negativo de US\$ 8,983 bilhões no primeiro semestre de 2023. Nesse caso, o resultado também é explicado pela redução do superávit comercial (em US\$ 4,2 bilhões) e, principalmente, pelo aumento do déficit da conta de serviços (em US\$ 5,2 bilhões).

Balança comercial - As exportações de bens totalizaram US\$ 29,322 bilhões em junho, uma redução de 1,8% em relação a igual mês de 2023, em razão da queda dos preços das commodities e do aumento do frete. Enquanto isso, as importações somaram US\$ 23,278 bilhões, com elevação de 13,2% na comparação com junho do ano passado.

Com os resultados de exportações e importações, a balança comercial fechou com superávit de US\$ 6,044 bilhões no mês passado, ante o saldo positivo de US\$ 9,299 bilhões no mesmo período de 2023.

Até o mês passado, entravam na contabilidade da balança comercial as transações com criptoativos, mas, em razão de uma uniformização internacional, eles deixaram de ser considerados como bens e passaram a ser ativos não financeiros não produzidos, com registro na conta de capital.

De 2016 a maio de 2024, a compra líquida de criptomoedas por residentes (de vendedores não residentes) acumulou US\$ 39,7 bilhões. Com a revisão, este valor representou, simultaneamente, redução do déficit em transações correntes e ampliação do déficit na conta capital. No mês passado, o déficit na rubrica foi de US\$ 1,297 bilhão. (ABr) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Tragédia impacta no PIB

A tragédia climática ocorrida no Rio Grande do Sul (RS) pode representar um impacto de R\$ 97 bilhões na economia brasileira, este ano. As estimativas são de um estudo da Confederação Nacional do Comércio (CNC) divulgado ontem (25).

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/himj/#p=1>